

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
LETÍCIA STROPARO TOZETTI**

**O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA
MELHORIA DA PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO PÚBLICA**

CURITIBA

2013

LETÍCIA STROPARO TOZETTI

**O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA
MELHORIA DA PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO PÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Pontifícia Universidade
Católica do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Alexandra
Viegas Cortez Cunha.

CURITIBA

2013

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

T757u
2013 Tozetti, Leticia Stroparo
O uso de tecnologia da informação e comunicação para melhoria da participação na tomada de decisão pública / Leticia Stroparo Tozetti ; orientadora, Maria Alexandra Viegas Cortez Cunha. – 2013.
106 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013
Bibliografia: f. 96-101

1. Administração pública - Tecnologia da informação. 2. Finanças públicas.
3. Processo decisório 4. Representações sociais. I. Cunha, Maria Alexandra, 1963 -. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título

CDD 20. ed. – 658

TERMO DE APROVAÇÃO

O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA MELHORIA DA PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO PÚBLICA

Por

LETÍCIA STROPARO TOZETTI

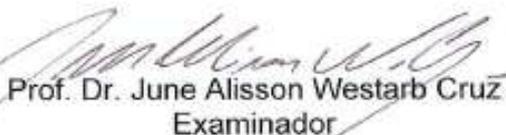
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Administração Estratégica, da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



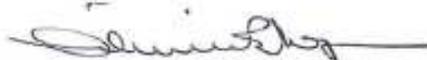
Prof. Dr. Wesley Vieira da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração



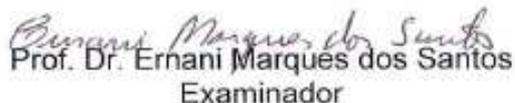
Prof.ª Dr.ª Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha
Orientadora



Prof. Dr. June Alisson Westarb Cruz
Examinador



Prof.ª Dr.ª Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau
Examinadora



Prof. Dr. Ernani Marques dos Santos
Examinador

Dedico todo este trabalho ao meu esposo Felipe Tozetti que foi quem mais me incentivou nesta jornada e que em momento algum me deixou sozinha, mesmo durante os mais longos finais de semana de horas de leitura e escrita. Sem ele eu não teria conseguido.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pois Ele tem um propósito em tudo o que acontece em nossas vidas. D'Ele vem a força e a sabedoria.

Em especial à professora Dra. Maria Alexandra Cunha que aceitou ser minha orientadora. Sua sabedoria, seus ensinamentos e sua simplicidade marcarão para sempre a minha formação e a minha vida.

Aos integrantes da banca de qualificação, professor Dr. Carlos Olavo Quandt e professora Dra. Dilmeire Vosgerau pelas relevantes contribuições que fizeram ao meu projeto.

Aos professores, colegas e amigos do mestrado por tudo que me ensinaram.

Às secretárias executivas deste programa, Priscilla Veiga Bueno e Denise Rempel, que sempre foram muito prestativas.

À mestranda Taiane Coelho que várias vezes dispôs do seu tempo para contribuir com a realização desta pesquisa.

As Sras. Verônica Campos Sales e Rosária de Pompéia Martins Pereira, da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Gestão de Belo Horizonte, que nos receberam, acompanharam e deram todo o suporte necessário para realização das entrevistas com os participantes mais engajados ao OP-Digital.

Aos cidadãos de Belo Horizonte, respondentes desta pesquisa, que foram muito receptivos.

Aos meus gestores, que flexibilizaram parte do meu tempo na empresa para eu poder ir às aulas, orientações e estágio, e aos meus colegas de trabalho que deram todo o auxílio durante minha ausência na empresa.

Ao meu esposo Felipe Tozetti e aos meus pais Ari e Sonia Stroparo que em todo o tempo oraram por mim e envolveram seus esforços para eu conseguir concluir este trabalho.

A toda minha família que me ajudou, compreendeu minha ausência e me incentivou a perseguir os meus sonhos sem jamais desistir.

RESUMO

O tema deste trabalho é o uso de TIC em processos de participação. No intuito de ampliar a participação da população nos processos decisórios do Orçamento Participativo da cidade, em 2006, a prefeitura de Belo Horizonte lançou o OP-Digital, tornando-se a primeira prefeitura a utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para escolha das obras prioritárias a serem executadas no biênio seguinte. Em 2008 e em 2011 o OP-Digital foi repetido. Dentro desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo verificar como o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os cidadãos da cidade de Belo Horizonte que participaram de pelo menos uma das edições do OP-Digital. Os procedimentos metodológicos estão ancorados na Teoria das Representações Sociais e na análise de conteúdo de 19 entrevistas realizadas, sendo 14 entrevistas com cidadãos e 5 entrevistas com membros do governo da cidade de Belo Horizonte, selecionados pelo método Bola de Neve. Os resultados mostram que os entrevistados num primeiro momento ancoraram o OP-Digital na votação, trivializando, mas na objetificação que é feita a seguir há evidências do potencial democrático que têm as TIC, especialmente ao incluir, engajar e emancipar os cidadãos. No entanto, isto não demonstrou ser forte o suficiente para influenciar todo o processo. Obras não completadas, fraudes, a falta de interesse em participar do processo, a exigência do título de eleitor, do CPF e do cadastramento de um email para participar das edições de 2008 e 2011 foram apontados como alguns dos motivos que desanimaram a população a participar e levam à possibilidade de que a estratégia política pode ser a de não explorar o potencial de interação e construção coletiva da internet mesmo que este potencial possa ser uma força para ampliação da prática democrática.

Palavras-Chave: Orçamento Participativo Digital. Tecnologia de Informação e Comunicação. Teoria das Representações Sociais. e-Participação.

ABSTRACT

The theme of this research is the use of ICT in participatory processes. In order to expand public participation in decision-making processes of the Participatory Budget of the city, in 2006, Belo Horizonte City Hall launched the “Digital Participatory Budget”, becoming the first city to use Information and Communication Technologies (ICT) to choose priority works to be executed in the next biennium. In 2008 and in 2011 the Digital Participatory Budget was repeated. Within this context, this research aims to determine how the use of Information and Communication Technologies can help to expand public participation in decision-making from the public budget. Therefore, it was realized interviews with citizens of the city of Belo Horizonte who participated in at least one edition of the Digital Participatory Budget. The methodological procedures are anchored in Social Representations Theory and in Content Analysis of 19 interviews, including 14 interviews with citizens and 5 interviews with government members of the city of Belo Horizonte, selected by Snowball method. The results show that respondents initially anchored the Digital Participatory Budget in voting, trivializing it, but then objectification is made and there is evidence of the democratic potential that ICTs have, especially to include, engage and empower citizens. However, this proved not to be strong enough to influence the whole process. Works not completed, fraud, lack of interest in participating, the requirement of some specific documents and the registration of an email to participate in the editions of 2008 and 2011 were identified as some of the reasons that discouraged people to participate and lead to the possibility that the political strategy cannot be to exploit the internet potential of interaction and collective construction, even if this potential can be a force to democratic practice expansion.

Keywords: Digital Participatory Budget. ICT. Social Representations Theory. e-Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: modelo referencial de Governança Eletrônica	29
Figura 2: projetos em e-Adm. Pública	30
Figura 3: projetos em e-Serviços públicos	31
Figura 4: projetos de e-Democracia	33
Figura 5: projetos de e-Democracia	34
Figura 6: apresentação dinâmica do processo representacional	14
Figura 7: procedimentos técnicos da pesquisa	49
Figura 8: entrevistados por regionais de Belo Horizonte	54
Figura 9: rede com a família eleição	55
Figura 10: rede com a família exercício de cidadania	58
Figura 11: rede com a família exercício de poder	59
Figura 12: rede com a família ferramenta	60
Figura 13: rede com a família participação-inclusão	61
Figura 14: rede com a família participação-engajamento.....	63
Figura 15: rede com a família participação-emancipação	63
Figura 16: rede com os desafios do OPD	65
Figura 17: rede com a família eleição - governo	67
Figura 18: rede com a família exercício de cidadania - governo	69
Figura 19: rede com a família exercício de poder - governo	70
Figura 20: rede com a família ferramenta - governo	71
Figura 21: rede com a família participação-inclusão - governo	72
Figura 22: rede com a família participação-engajamento - governo.....	74
Figura 23: rede com a família participação-emancipação governo	74
Figura 24: rede com os desafios do OPD - governo	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: falhas nos processos de ancoragem e objetificação	43
Quadro 2: OPD em números.....	45
Quadro 3: códigos das entrevistas	55
Quadro 4: famílias e códigos das entrevistas com os cidadãos	56
Quadro 5: família eleição	57
Quadro 6: família exercício.....	58
Quadro 7: família exercício de poder	59
Quadro 8: família ferramenta.....	61
Quadro 9: família participação-inclusão	62
Quadro 10: família participação-engajamento.....	64
Quadro 11: família participação-emancipação	65
Quadro 12: desafios do OPD	66
Quadro 13: família eleição - governo	67
Quadro 14: códigos e famílias das entrevistas com os membros governo	68
Quadro 15: família exercício de cidadania - governo	70
Quadro 16: família exercício de poder - governo	71
Quadro 17: família ferramenta - governo	71
Quadro 18: família participação-inclusão - governo	73
Quadro 19: família participação-engajamento - governo.....	75
Quadro 20: família participação-emancipação - governo	76
Quadro 21: desafios do OPD - governo	77
Quadro 22: ancoragem entrevistas cidadãos	79
Quadro 23: ancoragem entrevistas governo	79
Quadro 24: objetificação entrevistas cidadão.....	82
Quadro 25: objetificação entrevistas governo	84
Quadro 26: número de citações das categorias dos cidadãos.....	88
Quadro 27: número de citações das categorias dos membros do governo	88
Quadro 28: famílias participação.....	90
Quadro 29: orçamento programa 2011 de Belo Horizonte.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: gênero dos entrevistados.....	53
Gráfico 2: escolaridade dos entrevistados	53

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abep - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Celepar - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná

Conf-IRM - *International Conference on Information Resources Management*

IFIP - *International Federation for Information Processing*

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000 e Lei Complementar n.º 131 de 27 de maio de 2009)

MIS - *Management Information Systems*

MG - Minas Gerais

OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OP - Orçamento Participativo

OPD - Orçamento Participativo Digital

Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul

Prodemge – Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais

Proderj - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Prodesp - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RSs - Representações Sociais

Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados

SI - Sistemas de Informação

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação

TRS - Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.2	DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo geral	16
1.2.2	Objetivos específicos	17
1.3	JUSTIFICATIVA: TEÓRICA E PRÁTICA	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	USO DE TI PELO GOVERNO	24
2.1.1	e-Administração pública	30
2.1.2	e-Serviços públicos	31
2.1.3	e-Democracia	32
2.2	E-PARTICIPAÇÃO	35
2.3	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	38
2.4	O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL DE BELO HORIZONTE	43
3	METODOLOGIA	46
3.1	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	46
3.1.1	Perguntas de pesquisa	47
3.1.2	Definição constitutiva (DC) e operacional (DO) das variáveis	47
3.2	DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA	48
3.3	DADOS: FONTE, COLETA E TRATAMENTO	51
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1	ANÁLISE DOS DADOS	53
4.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS CIDADÃOS	55
4.2.1	Família eleição	55
4.2.2	Exercício de cidadania	58
4.2.3	Exercício de poder	59
4.2.4	Ferramenta	60
4.2.5	Participação-inclusão	61
4.2.6	Participação-engajamento	62
4.2.7	Participação-emancipação	63
4.2.8	Outros achados	65
4.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS MEMBROS DO GOVERNO	67

4.3.1	Eleição - governo.....	67
4.3.2	Exercício de cidadania - governo.....	69
4.3.3	Exercício de poder - governo	70
4.3.4	Ferramenta - governo.....	71
4.3.5	Participação-inclusão - governo	72
4.3.6	Participação-engajamento - governo.....	72
4.3.7	Participação-emancipação - governo	74
4.3.8	Outros achados - governo	76
4.4	ANCORAGEM	78
4.4.1	Ancoragem - cidadão	78
4.4.2	Ancoragem - governo	78
4.5	OBJETIFICAÇÃO	80
4.5.1	Objetificação - cidadão	80
4.5.2	Objetificação - governo.....	81
4.6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	87
5	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICES.....	102

1 INTRODUÇÃO

Os governos e a academia vêm discutindo há anos quais são as possibilidades da utilização da internet de forma a ampliar a participação na tomada de decisão pública e de outras práticas democráticas. Porém, ainda são recentes as discussões sobre a forma como as pessoas se apropriam da tecnologia para a participação no orçamento público, tema deste trabalho cujo objeto de estudo é o Orçamento Participativo Digital, em Belo Horizonte. Dessa forma, esta pesquisa explora como ocorre o uso e quais são as contribuições da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos processos de participação pública, contribuindo assim para o avanço do conhecimento nas áreas de Administração Pública e de Sistemas de Informação (SI).

Fóruns acadêmicos como o IFIP (*International Federation for Information Processing*), a edição especial do MIS - *Quarterly (Management Information Systems)*, a ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) e o Conf-IRM (*International Conference on Information Resources Management*) têm dado espaço para estudos sobre o uso e as implicações sociais da TIC que configuram uma área de produção científica no campo de SI. É interessante observar este fenômeno em países em desenvolvimento, pois permite que o campo de investigação em SI se expanda aumentando a atenção em dimensões da Tecnologia da Informação (TI).

Pode-se observar na administração pública um crescente interesse a respeito das novas formas de relacionamento entre o Estado e o cidadão, principalmente na participação pública para a tomada de decisão, tanto na prática organizacional como na pesquisa acadêmica. Agências internacionais como o Banco Mundial, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*) são exemplos que também têm reforçado a importância deste tema na prática. Estas agências vêm incluindo na sua agenda de intervenções nos países em desenvolvimento a ampliação da participação dos cidadãos nas decisões governamentais, o que tem reforçado a importância do tema na prática.

Um exemplo de participação pública que permite que os cidadãos exerçam influência sobre os assuntos governamentais é o OP (Orçamento Participativo), em

que os cidadãos podem decidir sobre os orçamentos públicos por meio de processos de participação. Diferentes versões do OP têm surgido contando com assembleias abertas e periódicas para negociação direta com o governo. Recentemente o uso de TIC para apoio ao OP vem motivando o interesse nacional. Pode-se citar a cidade de Belo Horizonte que implementou o OP em 1993 e em 2006 lançou sua versão digital – Orçamento Participativo Digital (OPD) – para alcançar os cidadãos que não participavam do OP de forma tradicional, a presencial. O Orçamento Participativo Digital permite a “votação” *on-line* de obras públicas a serem realizadas nos anos seguintes, e já teve três edições, em 2006, 2008 e 2011. Portanto, a experiência de Belo Horizonte combina dois fenômenos que têm sido estudados separadamente: as várias modalidades de OP e o uso de internet para aproximar o governo dos cidadãos.

Este trabalho avança na compreensão do uso da TIC para a participação no orçamento público. Dessa forma, nesta pesquisa foi considerado o uso de TIC para apoio aos processos de elaboração do Orçamento Público no Brasil como novidade, diferente da prática habitual, o OP. Já que o uso da TIC nestes processos é muito recente, entende-se que esta não é uma prática disseminada. Este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: *como o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público?*

Assim, este trabalho contribui para que gestores públicos no Brasil saibam como utilizar os meios eletrônicos para implementar processos de decisão pública, além de contribuições para profissionais de Sistemas de Informação e tecnologia que constroem as ferramentas que serão utilizadas pelos cidadãos nos processos políticos. Além disso, faz uma contribuição relevante identificando e descrevendo aspectos culturais e sociais do uso e implicações de TIC nos países em desenvolvimento, combinando a Teoria das Representações Sociais com a análise de conteúdo, que já havia sido utilizada em um trabalho de administração e o orçamento público pelas autoras Cunha e Pozzebon (2009) e Cunha, Coelho e Pozzebon (2013). Criada por Serge Moscovici (1976) a Teoria das Representações Sociais explica como se dá a elaboração coletiva de um objeto social pela comunidade, visando desenvolver comportamentos e a comunicação. Dessa forma, foi possível por meio desta teoria analisar como os cidadãos de Belo Horizonte entenderam este novo fenômeno, o ancoraram e o objetificaram, e como as

Representações Sociais influenciaram nas participações da população. Este trabalho insere-se num projeto de pesquisa que conta com financiamento do CNPQ e apresenta um paradoxo ao trabalho das autoras Cunha, Coelho e Pozzebon (2013), que consistiu da análise de textos do governo e da imprensa sobre as três versões do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Seus resultados mostraram que os membros do governo e da imprensa ancoraram o OP-Digital na votação e não exploraram o potencial que têm as TICs em incluir, engajar e emancipar os cidadãos de forma a promover a ampliação da participação na tomada de decisão pública.

Este trabalho se diferencia dos outros trabalhos que já foram realizados sobre o assunto, pois foram realizadas entrevistas de campo com os cidadãos que participaram do OP-Digital. Foram analisadas diversas dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos sobre o assunto que sempre consistiam de entrevistas com apenas alguns representantes da Secretaria do OP-Digital e com o prefeito de Belo Horizonte, mas nenhuma tinha como público de entrevistados os cidadãos de Belo Horizonte. Dessa forma, os resultados mostraram que mesmo existindo autores pessimistas em relação ao uso de Internet na prática democrática, existe potencial na Internet de ser uma força para ampliação da prática democrática, ou seja, o OP-Digital pode promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público incluindo, engajando e emancipando os cidadãos.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O trabalho realizado pode ser delineado no seguinte problema de pesquisa: *como o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público?*

1.2 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar como o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto, os objetivos específicos são:

- Analisar o projeto de Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte.
- Identificar quais são as representações sociais que são geradas pelos cidadãos de Belo Horizonte em relação ao uso de TIC na participação do orçamento público.
- Identificar quais são as representações sociais que são geradas pelos representantes do governo de Belo Horizonte em relação ao uso de TIC na participação do orçamento público.
- Relacionar as Representações Sociais dos representantes dos governos e cidadãos, buscando compreender suas aproximações e distanciamentos.

1.3 JUSTIFICATIVA: TEÓRICA E PRÁTICA

Mesmo com o crescente interesse por parte dos pesquisadores no Brasil e de pesquisadores na esfera internacional sobre o tema e-participação, ainda existem lacunas a serem preenchidas no que diz respeito a novas estratégias de inclusão do cidadão em decisões públicas. A experiência de Belo Horizonte combina dois fenômenos que têm sido estudados separadamente: as várias modalidades de OP e o uso da Internet para aproximar os cidadãos dos seus governos. Dessa forma, este trabalho visa avançar nessa compreensão do uso de TIC para participação.

Como justificativa prática, este trabalho contribui para que gestores públicos no Brasil saibam como implementar processos de decisão pública mediados por meios eletrônicos. Como estes processos são novos no país, esta reflexão permite que sua implementação seja facilitada, levantando também recomendações importantes para profissionais de Sistemas de Informação e tecnologia que trabalham na construção de ferramentas que serão utilizadas pelos cidadãos nos processos políticos. Além disso, serão disseminados, discutidos e validados os resultados obtidos com os governos e também no meio científico. Serão elaboradas proposições de ampliação do uso da tecnologia na participação em tomada de decisão pública e suas estratégias de disseminação.

Como justificativa teórica, por meio deste trabalho, foi possível identificar e descrever alguns aspectos sociais e culturais antes não explorados sobre os estudos sobre o uso e as implicações de TIC nos países em desenvolvimento, caracterizando-se como um trabalho que explora um objeto local, porém com um tema de relevância internacional. Foi ampliado o referencial sobre Sociedade da Informação, governança eletrônica (e-democracia, prestação eletrônica de serviços públicos ao cidadão, e-administração pública), com ênfase em participação eletrônica. Notadamente, a produção brasileira no tema dos últimos três anos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Ultimamente os governos têm buscado utilizar os recursos disponíveis da tecnologia da informação e comunicação (TIC) para oferecer uma melhor qualidade de vida aos cidadãos por meio da participação destes nas decisões governamentais. Dessa forma, práticas organizacionais têm sido otimizadas pelo uso de TIC. A internet em especial, tem sido apontada como ferramenta potencial para transformar aspectos da sociedade como educação, negócios, governo e democracia. A internet pode permitir a realização de consultas públicas, a articulação entre movimentos sociais e o debate entre as esferas pública e civil, e assim promover a ampliação da democracia (FERRAZ; FREIRE; SILVA; SALES; SOUZA JÚNIOR, 2011).

Tentando reforçar aspectos destas formas de práticas sociais, termos como e-negócios, e-educação, e-governo e e-democracia surgiram. Ainsworth, Hardy e Harley (2005) afirmam que isto não representa apenas uma mudança nas infraestruturas de TIC, porém altera a comunicação e as práticas organizacionais que são afetadas por relações sociais e políticas.

Em relação às implicações democráticas do uso de TIC, principalmente em relação à internet existem há tempos variadas opiniões de autores. Negroponte (1995), Dertouzos (1995) e Carvalho; Zurra (2008), são exemplos de entusiastas, que enxergam o potencial da tecnologia para construção de uma sociedade melhor, propondo o uso de TIC como caminho para a melhoria da prestação de serviços públicos, para a democracia, para a equidade e para a participação. Para Grossman (1995) a “república eletrônica” poderia ser um estágio da democracia que iria além da democracia representativa. Ao compilarem autores que enfatizaram o potencial da internet para o avanço da prática democrática, Ainsworth, Hardy e Harley (2005) destacaram que a internet: pode estender a esfera pública e atuar como força democrática ampliando a confiança e a participação; tem potencial de criar um “espaço público sem limites”; tem potencial de criar oportunidades para a provisão de informação, comunicação interativa e engajamento cívico, que permitem que a auto-governança possa ser conquistada quando as pessoas se reúnem organizando comunidades e formatando novos tipos de práticas políticas, visto que a maior participação asseguraria que os pontos de vista dos cidadãos fossem incorporados às políticas públicas.

Porém, do outro lado, existe uma visão antagônica à otimista, e outros autores desde a década de 80 a descrevem como romântica (WINNER, 1986) ou utópica (KLING, 1996). Para eles, a era da informação ao se desenvolver pode aumentar a distância entre os que detêm o poder daqueles que não têm acesso a ele, ou seja, aumentando a riqueza para os ricos, e dando mais controle aos mais preparados para exercer o poder. Estudos norte-americanos mostram que a Internet muitas vezes é utilizada para prover informações para aqueles que já estão politicamente engajados, reforçando o *status quo* (BIMBER, 1998; NORRIS, 2003), e esta posição chamada de pessimista ou anti-utópica (KLING, 1996) destaca as discrepâncias no acesso à Internet relacionadas a área geográfica, raça, gênero e classes e seu uso para propósitos autoritários (AINSWORTH; HARDY; HARLEY, 2005).

Pinho (2011, p.105) reforça as ideias acima:

A internet comporta ainda um paradoxo, uma contradição. Por um lado parece ser um território de liberdade e igualdade; por outro, aponta um risco de aprofundamento do individualismo convivendo com uma agregação de interesses de grupos, o que agregaria guetos de interesses e não um ambiente de ampla democratização. Como algo típico de uma sociedade de classes, parece que temos e teremos um pouco de cada coisa.

Segundo o autor supracitado, em relação aos resultados políticos propriamente ditos, eles são pífios e desanimadores, até mesmo dentro do contexto de países mais desenvolvidos. No caso do Brasil, seria pelas condições históricas do país e pela presença de vários grupos de analfabetos funcionais com problemas sérios de cognição. Pinho (2011) acrescenta que existe potencial na internet de quebrar estruturas de poder convencionais ao democratizar o acesso à informação, além de permitir a desinstitucionalização ao possibilitar que cidadãos se manifestem livremente como indivíduos ou grupos independentes da força e dos parâmetros do capital, mas ainda não se pode afirmar nada mais concreto sobre uma possível revolução na política a partir do meio digital.

Outra visão apontada em estudos mais recentes vai além destas duas visões antagônicas a respeito da e-democracia: a visão utilitária que é otimista, porém não utópica (Ainsworth; Hardy; Harley, 2005). Existe nesta visão duas variações da e-democracia que reconhecem que há algum potencial na internet para a democracia mais participativa: a consultiva e deliberativa. A primeira é focada na comunicação

entre Estado e cidadãos na partilha de informações. A segunda enfatiza a tomada de decisão ativa, em que cidadãos interessados, organizações, agências e grupos interagem para decidir.

Para que haja um entendimento comum sobre o conceito de participação pública, faz-se necessário defini-lo. Segundo Renn, Webler e Wiedeman (1995) a participação pública pode ser definida como fóruns que são organizados com o propósito de facilitar a comunicação entre governo, cidadãos, empresas, *stakeholders* e grupos de interesse diante de um problema ou situação específica. São excluídas desta definição atividades como protestos, *workshops* de especialistas (atuando como agentes governamentais), e incluídas consultas públicas, reuniões públicas, *focus groups*, pesquisas, comitês ou conselhos de cidadãos, referenda, iniciativas e negociações.

Existem na literatura quatro temas principais ao se discorrer sobre agenda de participação: 1) quem a define; 2) quais são as habilidades que os *stakeholders* devem ter para participar e como elas podem ser fortalecidas; 3) qual é o papel das condições institucionais para a participação efetiva; e 4) como as experiências participatórias locais se integram em redes mais amplas para se tornarem sustentáveis (PURI; SAHAY, 2007).

Cabe ressaltar que o uso da internet e de mídias sociais geram mudanças nos relacionamentos, nas comunicações e interações entre grupo de pessoas, pois permitem o trânsito de informações mais livres e mais democráticas do que as mídias tradicionais, como a televisão, por exemplo. Porém, mesmo com essa possibilidade da utilização da rede para fortalecer a democracia e aumentar a participação da sociedade, a rede nem sempre tem conseguido alterar o comprometimento das pessoas com a política, uma vez que a evolução tecnológica da internet foi mais rápida do que a evolução do comportamento social e de suas relações. Assim, essa participação depende da cultura de cada indivíduo, visto que a internet impacta de formas diferentes, de acordo com a cultura local (FERRAZ; FREIRE; SILVA; SALES; SOUZA JÚNIOR, 2011). A tecnologia depende também dos costumes e éticas, ou seja, ela é apropriada pelos indivíduos a partir de seus processos culturais e políticos específicos (MELLO, 2009).

Kraemer e King (2005) comentam que a TI pode modernizar a administração pública e que existem evidências sobre a TI como um reforço para os arranjos organizacionais já existentes, o que preservaria as características fundamentais da

burocracia, ou seja, essas organizações continuariam a ser formais, utilizando normas e procedimentos por escrito e profissionalizando seus quadros. Para Firmino e Rezende (2011) os recursos planejados da TIC podem ser ferramentas para os governos desempenharem seu papel operacional e estratégico, auxiliando-os na realização de seus objetivos e fazendo com que seus gestores atuem de forma planejada, participativa e oportuna.

Porém, antes de entrar em uma abordagem mais profunda a respeito do uso de TIC pelo governo, cabe estabelecer o seu conceito. A TIC se refere à tecnologia, ao *hardware*, ao *software* e às redes de telecomunicações. As comunicações, por sua vez, podem ser definidas como transmissões de sinais que ocorrem de um emissor para um receptor, e as telecomunicações se referem à transmissão eletrônica de sinais para comunicações (FIRMINO; REZENDE, 2011).

Para os autores supracitados, governos de diversos locais tendem a construir um novo relacionamento entre cidadãos e autoridades por meio de meios de comunicação mais desenvolvidos e com melhores sistemas de prestação de serviços. Assim, pode-se afirmar que os novos recursos tecnológicos têm permitido que a TIC seja utilizada de forma a criar um diferencial nos métodos, processos e até mesmo na estrutura administrativa das organizações, e que passaram a fazer parte das ferramentas de administração em organizações públicas. Com o avanço da tecnologia e surgimento da internet que torna possível que dados e informações sejam compartilhados a TIC está mudando seu papel de dar apenas apoio a atividades burocráticas, passando a ser poderosa aliada à implementação de ações governamentais, como ferramenta estratégica das organizações públicas (CARVALHO; ZURRA, 2008).

A internet tem sido um canal muito afável para melhorar a prestação de serviços públicos, que se investidos facilitarão os acessos aos serviços de forma ágil, concebendo um ambiente mais democrático em que todos poderão ter acesso a qualquer informação a qualquer hora: “na relação Estado x Sociedade, a internet se apresenta como um canal bastante propício para se estabelecer uma forte relação de confiança entre os cidadãos e o Estado” (CARVALHO; ZURRA, 2008, p.2).

As últimas décadas do século XX foram influenciadas por mudanças de paradigmas de administração pública, como por exemplo, a preocupação com os resultados ao invés do controle dos meios no modelo gerencial. A Constituição de 1988 impulsionou o processo de redemocratização e estimulou a sociedade a

pressionar os governos para maior transparência e qualidade na prestação de serviços públicos. Essas transformações fizeram com que na busca para atender a essas exigências, novas ferramentas fossem desenvolvidas para auxiliarem neste processo, entre elas a utilização de TIC (CARVALHO; ZURRA, 2008).

A utilização da TIC na administração pública para o seu relacionamento com a sociedade e com as instituições privadas seja na operacionalização das suas atividades meio ou fim e, principalmente, na prestação de serviços ou na disponibilização de informações passou a ser denominado de e-gov (do inglês "Electronic Government" ou Governo Eletrônico)" (CARVALHO; ZURRA, 2008, p.2).

Para os autores acima, as ferramentas informacionais facilitaram também os processos suscitados pela *accountability* em relação à obrigação do governo em prestar contas dos gestores públicos à sociedade. Porém, introduzir preceitos de *accountability* e apoiá-los nas ferramentas do e-gov não garantirão o pleno exercício da cidadania, é necessário observar uma mudança na cultura da sociedade, pois é a partir do momento em que nasce um cidadão que participa da tomada de decisão pública é que surgem as demandas pelo *accountability* no controle da soberania popular sobre as atitudes dos representantes eleitos e dos agentes públicos (CARVALHO; ZURRA, 2008).

Para Carvalho e Zurra (2008, p.3) "O controle social pode, portanto, fortalecer o controle formal legalmente instituído, levando a sociedade a participar mais ativamente da vida pública e, dessa forma, reduzindo a distância entre o desempenho do governo e as efetivas necessidades dos cidadãos", ou seja, a TIC com seus dispositivos interativos e multifuncionais podem oferecer vantagens sobre os meios de comunicação democrática, permitindo a participação descentralizada por meio da interação entre o cidadão e o governo, mas somente quando as informações e prestação de contas públicas forem confiáveis por parte dos governantes devidamente auditados por controles internos e externos (*accountability* plena) é que os cidadãos poderão participar de forma ativa das decisões públicas (AKUTSU; PINHO, 2002).

2.1 USO DE TI PELO GOVERNO

A história da TI no Brasil teve início nos anos 60 quando iniciaram várias ações de reforma devido ao esforço modernizante dos vitoriosos da Revolução de 1964. A modernização da máquina pública foi um exemplo que se tornou uma questão consensual e o computador passou a se tornar a ferramenta ideal para tratar de grandes volumes de dados. Os bancos brasileiros já usavam computadores e existiam experiências de sucesso do uso da informática no país. O primeiro birô de processamento de dados foi a Celepar (naquela época, chamou-se Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná, hoje Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná), sendo constituído por uma sociedade de economia mista que detinha o monopólio de desenvolvimento de sistemas para os estados. A Celepar foi criada antes mesmo do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), ambos de 1964 e posteriormente surgiram a Prodesp em São Paulo, a Prodemge em Minas Gerais, o Proderj no Rio de Janeiro, a Procergs no Rio Grande do Sul que anos mais tarde se organizaram numa empresa que permanece até hoje, a Abep (antes Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Processamento de Dados e hoje Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação) (CHAHIN; CUNHA; KNIGHT; PINTO, 2004).

Nos anos 70, surgiram os conselhos de informática que visavam democratizar o uso da informática no Executivo estadual, mas a TIC não era vista como ferramenta para a governança pelo poder público na década de 70 e 80, e os conselhos se tornaram uma consolidação do controle dos birôs estaduais anteriormente organizados. Nesta época, os planos de informatização nos órgãos do governo eram vistos como ameaça ao modelo de desenvolvimento centralizado e os conselhos começaram a agir como freios à informatização dos estados, porém, estes conselhos foram gradativamente excluídos das decisões de informatização, à medida que não foi atingido o objetivo de serem os organizadores do fomento à informatização governamental (CHAHIN; CUNHA; KNIGHT; PINTO, 2004).

A utilização da TI no Brasil, entre 1970 e 1992, foi caracterizada pela automação de vários processos organizacionais, buscando eficiência e controle de procedimentos, em que os computadores eram utilizados com algumas aplicações que davam suporte à gestão interna das organizações públicas, substituindo várias

operações manuais por processos informatizados, ou seja, eram sistemas que manipulavam vários dados e geravam relatórios sobre as transações organizacionais (CAPELLA, 2010).

Numa nova fase, de 1993 a 1998, a preocupação deixou de ser apenas com a gestão interna e passou a ser também com a prestação de serviços e informações aos usuários dos serviços públicos. Com a Reforma do Estado e da Administração Pública, o governo passou a desenvolver seus sistemas de informação como fator essencial para a nova administração pública. Nesta fase os sistemas não eram mais utilizados apenas para processarem dados utilizados na rotina e sim, se preocupavam com o monitoramento, controle e tomada de decisões gerenciais (CAPELLA, 2010). A partir de 1999 se inicia a terceira fase em que se tornaram mais presentes as prestações de serviços, as informações do governo *online* e a criação e manutenção de portais de relacionamento com o governo (CAPELLA, 2010).

Com a aprovação da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e da Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009 que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) iniciou-se a busca por maior transparência nas entidades públicas em seus processos administrativos, e devido à crescente necessidade legal de disponibilizar de informações à sociedade o governo eletrônico passou a receber maior destaque (DALLABONA; FANK; MOURA; SANTOS; VARELA, 2011). Com esta incorporação de TIC a sociedade passou por uma mudança na forma como o conhecimento e a informação são difundidos, pois eles são espalhados diretamente de sua origem para a sociedade, que garantem maior compreensão da gestão (NATH, 2003).

A Reforma do Estado se intensificou com o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação na implementação de políticas públicas, na gestão pública, na prestação de serviços ao cidadão e na ampliação das práticas democráticas e a relação entre o Estado e o cidadão. As ações do governo eletrônico nos anos 90 visavam então à transparência administrativa que podia ser vista como uma nova forma de governar envolvendo a participação de vários atores (CUNHA; MIRANDA, 2008). Assim, por meio dessa nova forma de se relacionar com o cidadão, surgiu o termo governo eletrônico, que significa a forma que os governos utilizam a TIC para permitirem o acesso dos cidadãos aos serviços e informações do governo, fator que

melhora a qualidade de vida dos serviços públicos e promove o aumento da participação democrática (FANG, 2002).

No entanto, o governo eletrônico não se limita apenas ao aperfeiçoamento tecnológico, à introdução dos dispositivos de TIC cada vez mais modernos. Ele deve contemplar as possibilidades de interação entre o governo e a sociedade e o compromisso de transparência dos governos (MARTINS; RAMOS, 2008). Considerando que a TIC nos órgãos públicos está diretamente relacionada com o governo eletrônico e com a governança eletrônica (DALLABONA; FANK; MOURA; SANTOS; VARELA, 2011), o governo eletrônico pode então ser definido como as ações do governo que são levadas por meio dos meios eletrônicos e que tornam possível que o Estado exerça seu papel de forma plena, englobando tanto os seus direitos quanto os seus deveres (MARTINS; RAMOS, 2008). A governança eletrônica compreende os mecanismos eletrônicos que são capazes de garantir a existência do governo eletrônico. A somatória com sinergia destes conceitos é que pode garantir a boa governabilidade (MARTINS; RAMOS, 2008).

Para Silva e Correa (2006) o governo eletrônico pode potencializar as práticas de governança, que são positivas, e catalisar profundas mudanças estruturais que garantirão maior transparência, efetividade e maior democracia para a decisão. Mello (2009) afirma que decorrem dos mecanismos do *E-Gov (Electronic Government)* as práticas de governança eletrônica que permitem que o cidadão participe de forma mais ativa nas atividades organizadas pelo governo.

Para Dallabona, Fank, Moura, Santos e Varela (2011), quanto mais rico for o governo eletrônico, as práticas de governança eletrônica serão melhores. Dessa forma, deve-se avaliar o volume de informações e serviços disponibilizados de forma eletrônica pelos governos para que seja possível a mensuração das boas práticas de governança eletrônica.

A TIC influencia o processo de governança desempenhando diferentes papéis em seu processo que promovem mudanças na relação do governo com o público, como o papel técnico (automação de tarefas desenvolvidas por pessoas); papel de facilitador (participação na tomada de decisão e implementação de novos métodos); papel inovador (meios para oferecer novos serviços e produtos) (NATH, 2003).

Para Ruelas e Arámburo (2006, p.3, tradução nossa¹):

¹el gobierno electrónico o e-gobierno también llamado gobierno en línea o gobierno digital es un concepto que engloba a todas aquellas actividades basadas en las modernas tecnologías de la

O governo eletrônico ou e-governo também chamado de governo on-line é um conceito que engloba todas as atividades baseadas em modernas tecnologias de informação e comunicação (incluindo a Internet) que o Estado desenvolve para aumentar a eficiência de sua governança, melhorar os serviços aos cidadãos e oferecer ações governamentais de forma muito mais transparente do que as atuais. Digitalizar o governo não é apenas instalar alguns computadores ou criar um site que ofereça informação, mas sim, transformar a relação fundamental que existe entre o governo e os cidadãos.

Para os autores acima, o governo eletrônico vai além da instalação de computadores e de páginas da *web* que ofereçam informações, ele supõe uma transformação na relação que existe entre o governo e os cidadãos. Como se pode observar, a noção de governo eletrônico é muito abrangente e deve envolver maior aprofundamento teórico e novas pesquisas. Tanto no Brasil como no mundo todo, a adoção de TIC para dar suporte à prestação de serviços e informações tem sido visada pelos governos. O Brasil ganha destaque neste quesito, principalmente em relação ao voto eletrônico e declaração do imposto de renda. Além disso, a necessidade do governo em mostrar aos cidadãos o trabalho em sua gestão de forma mais transparente caracteriza o crescimento do governo eletrônico. Outros aspectos que levaram os governos a utilizarem essas tecnologias de informação também podem ser citados, como por exemplo, melhorar processos internos e aumentar suas arrecadações (SANTOS; REINHARD, 2011).

Corroborando com esta definição o conceito de e-governo extraído do World Bank (2012, tradução nossa²):

"E-Governo" se refere à utilização por órgãos governamentais de tecnologias de informação (tais como a Internet e computação móvel), que têm a capacidade de transformar as relações com os cidadãos, empresas e outros setores do governo. Estas tecnologias podem servir a uma variedade de fins diferentes: melhor prestação de serviços governamentais aos

información y la comunicación (en particular, Internet) que el Estado desarrolla para aumentar la eficiencia de la gestión pública, mejorar los servicios ofrecidos a los ciudadanos y proveer las acciones de gobierno en un marco mucho más transparente que el actual. Digitalizar el gobierno no es sólo instalar unas cuantas computadoras o diseñar una página *web* que ofrezca información, sino que supone transformar la relación fundamental que existe entre el gobierno y los ciudadanos.

² "E-Government" refers to the use by government agencies of information technologies (such as Wide Area Networks, the Internet, and mobile computing) that have the ability to transform relations with citizens, businesses, and other arms of government. These technologies can serve a variety of different ends: better delivery of government services to citizens, improved interactions with business and industry, citizen empowerment through access to information, or more efficient government management. The resulting benefits can be less corruption, increased transparency, greater convenience, revenue growth, and/or cost reductions.

cidadãos, interações melhoradas com o comércio e a indústria, empoderamento dos cidadãos através do acesso à informação, ou gestão do governo mais eficiente. Os benefícios resultantes podem ser menos corrupção, mais transparência, maior comodidade, aumento da receita, e/ou reduções de custos.

Santos e Reinhard (2011) afirmam também que são funções características do governo eletrônico: prestar informações de serviços de forma eletrônica; regulamentar rede de informação, envolvendo governança, certificação e tributação; fornecer prestação de contas públicas, ser transparente e monitorar a execução orçamentária; ensinar à distância, promover a alfabetização digital e a manutenção de bibliotecas virtuais; difundir a cultura com ênfase em identidades locais, fomentar e preservar culturas locais; promover a aquisição de bens por meio da internet, como licitações públicas eletrônicas, pregões eletrônicos, cartões de compras governamentais, bolsas de compras públicas virtuais que caracterizam o *e-procurement*; estimular os negócios eletrônicos criando ambientes de transações seguras, principalmente para pequenas e médias empresas.

Assim, pode-se afirmar, que a implementação de governo eletrônico envolve a evolução das seguintes etapas: presença na Internet por meio de informações básicas, capacidade de transação para indivíduos e empresas e informações integradas com colaboração entre diversas agências, como por exemplo, janela única/governo de parada única. Porém, a transação para o último estágio depende dos desafios estratégicos, políticos e procedimentais em que é fundamental a cooperação interagências além dos aspectos tecnológicos (SANTOS; REINHARD, 2011).

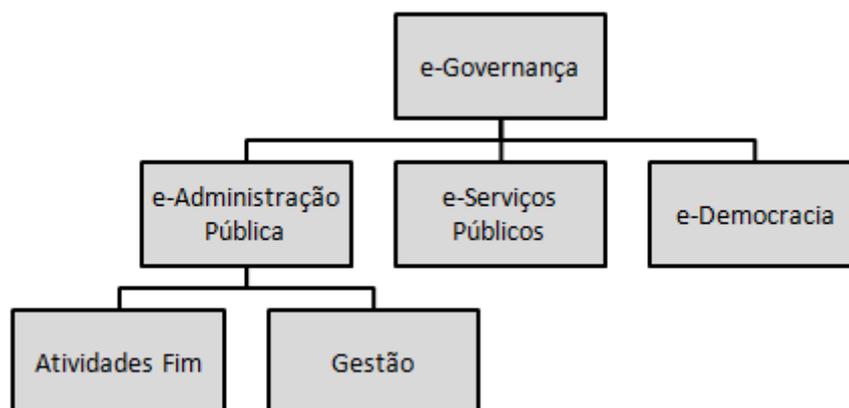
Dessa forma, para que uma evolução aconteça é preciso haver mudanças relevantes na gestão da administração pública, visto que a maioria dos serviços prestados exige integração entre os órgãos do governo. No estágio avançado do governo eletrônico, a automação das atividades e racionalização dos procedimentos sugerem que haja transformações significativas que vão além da agilização nos processos de trabalho do governo (SANTOS; REINHARD, 2011). Além disto, estes autores apontam que existe um desafio ao se referir ao governo eletrônico: deve-se analisar de que maneira a administração pública trabalha e interage com seus usuários e como lida com questões como a inclusão social e a exclusão digital.

A combinação do uso de TIC avançadas, especialmente a internet, no suporte de novas formas de trabalho na administração pública, junto com a disponibilização mais abrangente de informações e serviços interativos acessíveis através de diferentes canais, é a base do governo eletrônico. O desafio existente é o de "reescrever as regras" de como a administração pública trabalha internamente, interage com seus usuários, e usa TIC não somente para aumentar a sua produtividade ao tornar as transações mais fáceis de serem executadas, mas também lidar com questões como inclusão social e exclusão digital (SANTOS; REINHARD, 2011, p.2).

Baseado na visão dos autores Cunha e Miranda (2013), que afirmam que as iniciativas de governança eletrônica são essenciais por promoverem práticas democráticas, facilitando o relacionamento entre o governo e os cidadãos e contribuindo para que os governos alcancem os objetivos de uma boa governança, será explorada neste trabalho a divisão da aplicação da TIC em três áreas para uma melhor governança - e-governança – sugerida por estes autores: (1) e-administração pública, que compreende a melhoria dos processos governamentais e a utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelo setor público na realização de seus trabalhos internos; (2) e-serviços públicos que consiste na melhoria da prestação de serviços ao cidadão e (3) e-democracia que compreende a participação mais ativa do cidadão, que é intermediada pelo uso de tecnologias de informação e comunicação no processo democrático.

A figura abaixo demonstra essa divisão:

Figura 1: modelo referencial de Governança Eletrônica



Fonte: adaptado de: CUNHA e MIRANDA (2013)

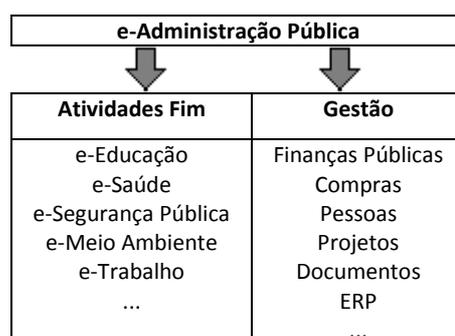
Porém, os autores supracitados destacam que alguns cuidados devem ser tomados a respeito deste modelo. Em primeiro lugar, existe grande dificuldade a respeito da demarcação de fronteiras entre o que é e-serviços públicos, e-democracia e e-administração pública. Quando se presta um serviço público de melhor qualidade (e-serviço público), a qualquer cidadão sem haver privilégios no atendimento, existe aqui respeito à cidadania e democracia e, ao melhorar o atendimento na gestão pública, haverá melhores controles e menores custos que caracterizam a e-administração pública. Assim, este modelo de divisão em três dimensões é apenas didático e ilustrativo, visto que as fronteiras não ficam claras e que isto não permite que o modelo seja uma representação da realidade, porém facilita o tratamento das questões que são relativas ao tema.

Em segundo lugar, o uso de tecnologias no governo não pode ser limitado à perspectiva gerencialista que visa melhorar o atendimento do Estado, deixando-o mais eficiente na prestação de serviços aos cidadãos. A e-governança inclui essa maior eficiência e eficácia da parte do governo, porém não pode se resumir a isto, visto que vai além e se refere a uma nova maneira de governar, envolvendo vários atores nos processos decisórios (CUNHA; MIRANDA, 2013).

2.1.1 e-Administração pública

A e-administração pública (figura 2) é o conceito mais conhecido na prática do setor público. Este conceito envolve tudo o que se construiu em tecnologia da informação no governo, durante todo o período de história de informática pública brasileira (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Figura 2: projetos em e-Adm. pública



Fonte: CUNHA e MIRANDA (2013)

A e-administração pública envolve:

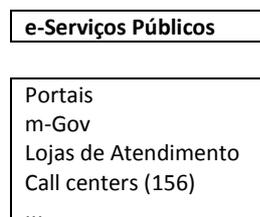
(...) o suporte digital à definição da agenda política, elaboração, implementação, avaliação e controle de políticas públicas, o suporte à tomada de decisão, ferramentas para comunicação e *Workgroup*, a integração de políticas públicas entre as várias esferas de poder e mesmo entre poderes, a obtenção de eficiência interna de processos (compras, viagens, acompanhamento de processos, recursos humanos, controle de receitas e de despesas, acompanhamento, planejamento governamental...) (CUNHA; MIRANDA, 2013).

As políticas de gestão pública ganharam destaque no Brasil a partir da década de 90, juntamente com as reformas que ocorreram no mundo com a Nova Gestão Pública. Para Cunha e Miranda (2013) a TIC ao longo dos anos 90 e 2000 deram suporte tecnológico, fornecendo infraestrutura para as políticas de gestão pública. Alguns exemplos podem ser citados, como os sistemas de gestão de pessoas, a “Folha”, o desenvolvimento de competências, a criação de sistemas de bases de dados para gerar informações para a tomada de decisões, mecanismos horizontais de gestão de projetos, sistemas de informação gerencial, sistemas que tornariam as rotinas de trabalho mais transparentes. Um exemplo atual deste contexto está na implantação das Notas Fiscais Eletrônicas.

2.1.2 e-Serviços públicos

A partir dos anos 90 os projetos que ganharam ênfase publicitária nas áreas de governança eletrônica no Brasil foram os de prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, que podem ser observados na figura 3 (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Figura 3: projetos em e-Serviços públicos



Fonte: CUNHA; MIRANDA (2013)

Para os autores, desde a segunda metade da década 90, os governos municipais, estaduais e governamentais se esforçam para utilizarem a *World Wide Web* para prestarem serviços de informação aos cidadãos e às organizações. Eles

ainda ressaltam que a prestação de serviços eletrônicos por meio da internet pode ser entendida como e-gov, porém acreditam que o termo “e-serviços públicos” melhor caracteriza esta área, visto que inclui a prestação de serviços do governo por meio dos portais, incluindo o uso da internet e outros meios eletrônicos como o telefone fixo, celulares e o fax; centrais de atendimento telefônico e integração na prestação de serviços. Segundo Cunha e Lanza (2011) o m-gov se refere à forma de implementação de serviços públicos em plataformas móveis que permitem que as pessoas tenham acesso a informações em qualquer hora e em qualquer lugar, fator que tem sido muito visado pelos governos do mundo para prestarem serviços de boa qualidade em um período curto de tempo, promovendo a inclusão, a democracia e a cidadania.

Segundo Cunha e Miranda (2013) foi na década de 90 que ocorreu a migração dos serviços públicos para os sites de seus órgãos e hoje grande parte do país já possui sites de prestação de serviços.

2.1.3 e-Democracia

A e-democracia, por sua vez, consiste da participação do cidadão de forma mais ativa que é possível pelo uso de TIC no processo democrático (CUNHA; MIRANDA, 2013).

A expressão e-democracia refere-se à ampliação da prática democrática utilizando as tecnologias de informação e comunicação. Envolve a comunicação entre Estado e cidadão (e a deste com o Estado) e, mais ainda, a comunicação entre todos os participantes do processo político. Trata de *accountability*, e vai além, na implementação da participação ativa do cidadão na elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas, suas práticas e resultados. Mais que o exercício de direitos, o ativismo no exercício pleno da cidadania (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Assim, os esforços de incorporação da internet à política se orientam a melhorar a gestão do Estado e das definições de e-administração pública e de e-serviços públicos, reduzindo custos e melhorando a qualidade e o acesso à prestação de serviços ao cidadão (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Neste trabalho, a versão que será utilizada a respeito da e-democracia será a utilização da TIC para o exercício da prática democrática (ver figura 4), sendo necessárias outras definições sobre este tema.

Figura 4: projetos de e-Democracia

e-Democracia
Voto eletrônico
Consultas públicas
Orçamento Participativo Digital
e-Legislativo
...

Fonte: CUNHA; MIRANDA (2013)

Para Abreu (2011) a participação popular na gestão pública utilizando-se de TIC se dá o nome de democracia eletrônica ou *e-democracy*. Para o referido autor, são muitas as promessas referentes à democracia e a participação popular, pois diversos motivos impedem este revigoração democrático, como por exemplo, o próprio conceito de democracia, visto que representa um campo de disputas ideológicas e que conferem sentidos a várias “práticas democráticas”. Para este autor, o atual modelo democrático não é capaz de responder às principais necessidades da sociedade, estando castrado da dimensão econômica ou devido à incompatibilidade entre democracia e capitalismo. O autor cita como exemplo o Orçamento Participativo como sendo uma experimentação para uma democracia participativa, que seria uma nova democracia, visto que é uma proposta de criação de canais de participação para interferência na agenda pública, equilibrando forças políticas e compartilhando o poder. Para ele, pesquisas sugerem que o problema não está na tecnologia e sim na cultura e no desenvolvimento político, ou seja, existe muita tecnologia e pouca democracia, visto que a tecnologia que pode ser utilizada no aperfeiçoamento democrático nem sempre é utilizada neste sentido. Ainda não existem pesquisas suficientes a respeito dos estudos de e-democracia, principalmente no que se refere ao conceito de democracia.

Para Abreu (2011, p.4) “a e-democracy é apenas uma digitalização dos processos democráticos. Seria a forma de democracia que se pratica usando os instrumentos digitais”. O voto eletrônico é citado pelo autor como um simples exemplo de e-democracia, visto que este termo deve fazer com que se pense na utilização de todos os recursos digitais para sua realização em um novo patamar. Porém, existe ainda outra visão relacionada aos modelos de democracia que afirma que a e-democracia não é qualquer iniciativa eletrônica dentro do ambiente democrático, admitindo apenas iniciativas voltadas a produzirem um ambiente participativo (ABREU, 2011).

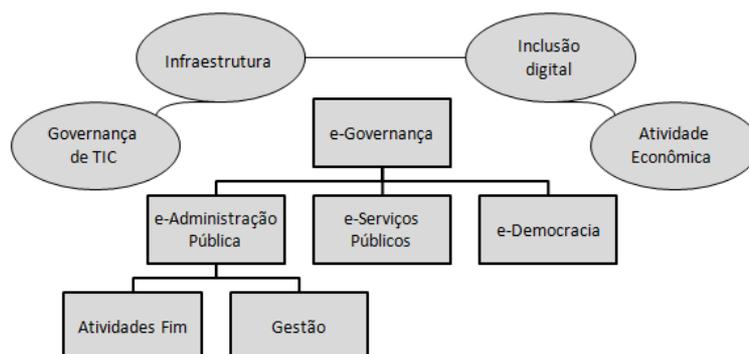
Para Subirats (2011) a TIC em relação à democracia pode agravar os problemas que a democracia parlamentarista apresenta hoje, como o formalismo, o distanciamento entre representantes e representados, a assimetria nos recursos teoricamente iguais, além das críticas às famosas “promessas não cumpridas” que muitas vezes são apenas resultados da baixa capacidade de resolução dos problemas que são apresentados pelos mecanismos democráticos de tomada de decisão. Além disso, segundo o autor, a TIC em relação à democracia pode ajudar a superar esses problemas ou pode criar novos problemas que não poderão ser resolvidos.

Para Rezende, Frey e Betini (2006) as diversas informações da internet poderiam causar prejuízos aos cidadãos em suas práticas ao prejudicar a formação de sua consciência sobre questões políticas, uma vez em que não se pode confiar em todas as informações que estão disponibilizadas.

Assim, para Abreu (2011), os projetos de e-democracia podem trazer contribuições para a emancipação das pessoas como podem fortalecer a exclusão social e achar que a democracia eletrônica pode suprimir o estado seria um grande engano. Existem diversas visões e ideias sobre democracia eletrônica conforme abordado no início desta seção, porém não existem repostas suficientes para este campo de pesquisa.

Cabe ainda ressaltar que além das divisões abordadas acima, ao se falar em governo eletrônico, existem outros temas complementares que também merecem atenção, como a governança de TIC, infraestrutura, inclusão digital e atividade econômica (CUNHA; MIRANDA, 2013) conforme mostra a figura 5, porém não serão explorados neste trabalho, pois excedem aos limites desta pesquisa.

Figura 5: projetos de e-Democracia



Fonte: CUNHA e MIRANDA (2013)

2.2 E-PARTICIPAÇÃO

Existem variadas opiniões a respeito dos níveis de participação cidadã na política. Algumas pessoas acreditam que a participação deve ser restrita ao voto e que decisões maiores devem ser deixadas nas mãos dos líderes eleitos. Outras defendem uma participação em potencial, mesmo que não excessiva, e há outras que defendem a democracia participativa e acreditam que a participação e a democracia devem existir além do âmbito do Estado em organizações civis e no ambiente de trabalho (POSSAMAI, 2011).

“O objetivo da democracia eletrônica é o de apoiar os cidadãos, de forma flexível, na participação da vida pública por meio da tecnologia da informação” (MELLO, 2009, p. 51). Deve-se compreender assim, a democracia eletrônica como e-participação no ciclo de políticas públicas buscando pela democratização da gestão pública.

Partindo do princípio de que a democracia digital, conforme abordado anteriormente, se refere ao avanço da democracia para a rotina da administração pública realizada por meios digitais e eletrônicos, ou seja, a utilização pelos governos de sistemas de TIC para fornecer à sociedade informações e canais que permitam sua participação mais ativa na tomada de decisões pública, a democracia digital representa uma das três dimensões do governo digital, a da participação eletrônica. Conforme Possamai (2011, p. 10):

A e-participação é entendida não apenas como o engajamento dos cidadãos no processo político, mas também como a promoção da tomada de decisão coletiva, juntamente com as ferramentas e informações necessárias para facilitar o acesso e a atuação dos cidadãos nos diálogos, debates e deliberações dos temas que estão ou entrarão na pauta governamental.

Além disso, a autora acima cita alguns exemplos relevantes de e-participação no Brasil como consultas públicas eletrônicas, Gabinete Digital e Orçamento Participativo Digital.

Existem duas dimensões fundamentais em que modelos de e-democracia se baseiam: inclusão em decisões e controle de agenda. Essa inclusão se refere ao fato de que se todos os membros da sociedade podem participar de debates atuais e se envolverem no processo de tomada de decisão. O controle da agenda, por sua

vez, está relacionado a quem decide qual é a atitude que deve ser tomada em primeiro lugar (SAEBØ, 2011).

Para Effing, Hillegersberg e Huibers (2011) muitos partidos políticos temem perder o controle sobre seus discursos quando eles delegam autoridade e poder ao público, o que pode justificar que a ascensão da internet não tem resultado no aumento significativo do nível de participação pública. Porém, ao mesmo tempo, a internet tem sido utilizada pelos cidadãos de forma mais social e participativa quando entram em questão os *websites* de relacionamento social, como o *Facebook, Twitter, LinkedIn, MySpace, YouTube, Flickr*. Dessa forma, as organizações e partidos políticos têm feito esforços para se manterem neste ambiente em constante mudanças e lutam para implementar a mídia social em seu benefício. Assim, muitas vezes os partidos políticos tentam acompanhar a onda da mídia social sem nenhuma estratégia, enquanto organizações tendem a subestimar a implementação das mídias sociais por não as entendem. Para os autores supracitados (2011, p.30, tradução nossa³) “Com a ascensão das mídias sociais, políticos e governos poderiam criar oportunidades de participação política: permitindo, envolvendo e capacitando seus seguidores para diversos benefícios”.

Segundo Macintosh (2004) existem três estágios que se referem à explicação da participação *online* onde (1) participação-inclusão é quando membros, cidadãos ou usuários recebem acesso a informações; (2) participação-engajamento quando as pessoas conseguem interagir com as organizações e iniciar um diálogo (pessoas são consultadas em relação a alguns projetos, decisões ou atividades) e (3) participação-emancipação se refere trabalhar juntamente com os usuários, membros ou cidadãos dando a eles responsabilidades, tarefas e opções para colaborarem com a organização.

O campo de pesquisa em e-participação tem aumentado sua complexidade. As pesquisas em e-participação incluem perspectivas das ciências políticas, sociologia, psicologia, gestão, economia, junto com contribuições de natureza mais técnica, além de várias posições metodológicas. Essas contribuições visam fornecer visões compreensivas na área de pesquisa. Visto que o tema e-participação está em fase de maturidade, surge a necessidade de maiores pesquisas sobre este tema. Na

³“With the rise of Social Media, politicians and government could create opportunities for political participation: enabling, engaging and empowering followers for various benefits”.

maioria das pesquisas, o termo e-participação pode ser definido como o uso de Tecnologia da Informação para dar suporte à tomada de decisões democráticas (MEDAGLIA, 2011).

Segundo Macintosh (2004, p.2, tradução nossa⁴):

A e-democracia se preocupa com o uso da tecnologia da informação e comunicação para engajar cidadãos, para apoiar os processos de tomada de decisão democráticos e para fortalecer a democracia representativa. O mecanismo de TIC principal é a internet acessada por meio de uma crescente variedade de canais, incluindo computadores, tanto em casa quanto em locais públicos, telefones celulares e televisões digitais interativas. O processo de tomada de decisão democrática pode ser dividido em duas categorias principais: uma que aborda o processo eleitoral, incluindo o voto eletrônico, e outra abordando a participação do cidadão na tomada de decisão democrática.

Para Macintosh (2004) a e-participação está relacionada a questões que permitem oportunidades para consulta e diálogo entre o governo e cidadãos utilizando uma série de ferramentas de TI, incluindo e-votação que é o uso de TIC para apoiar o processo democrático do voto.

Segundo pesquisas realizadas por Lee, Loutas, Sánchez-Nielsen, Mogulkoc e Lacigova (2011) algumas razões que podem ser citadas a respeito dos motivos pelos quais pessoas não participariam na tomada de decisão seriam: baixo interesse em política e em políticos, pouco interesse em como o governo usa as ideias sugeridas pelos cidadãos, falta de tempo ou outras prioridades, não ver ganhos pessoais ao se comprometerem, acreditarem que seus interesses serão protegidos por outros e por estarem satisfeitos com as políticas atuais.

Macintosh (2007) cita ainda outras barreiras e desafios da e-participação que podem ser divididas nas seguintes categorias: complexidade social, cultura política, estruturas organizacionais, dependências tecnológicas e compreensão sobre e-participação. A complexidade social se refere ao vasto número de atores políticos, aos seus variados níveis de educação, interesses políticos e conhecimento técnico.

⁴E-democracy is concerned with the use of information and communication technologies to engage citizens support the democratic decisionmaking processes and strengthen representative democracy. The principal ICT mechanism is the internet accessed through an increasing variety of channels, including PCs, both in the home and in public locations, mobile phones, and interactive digital TV. The democratic decision making processes can be divided into two main categories: one addressing the electoral process, including e-voting, and the other addressing citizen e-participation in democratic decisionmaking.

A cultura política se refere à falta de confiança em políticos e no governo e o fato dos cidadãos não acreditarem que suas ideias serão levadas a sério. As estruturas organizacionais fazem referência à falta de integração da e-participação dentro da rotina, estrutura da administração pública e processos políticos. A dependência tecnológica se refere ao mito de que as tecnologias por si só poderão resolver todos os problemas de participação pública, quando na verdade, para esta participação ser efetiva as tecnologias devem ser integradas numa adaptação ampla da construção do relacionamento entre o governo e os cidadãos, em que dificuldades de linguagem e gestão da informação também aparecerão como barreiras à adoção da participação pública. Por fim, a compreensão da e-participação se refere a esta área ser nova nas pesquisas carecendo de mais estudos para que suas complexidades possam ser entendidas. Ainda segundo a autora, é necessário considerar que nem todas as pessoas participarão da tomada de decisão pública e que isto significará que eles estejam satisfeitos com os representantes eleitos e acreditem que eles estejam tomando as decisões certas.

Para Boon, Jansen e Veenestra (2011), em qualquer nação democrática um elemento importante na prestação de serviços aos cidadãos está na compreensão de suas percepções sobre as questões que eles acham importante. Para eles muitos cidadãos demonstram falta de interesse em participar das decisões governamentais e se sentem insatisfeitos com a política, fator que poderia ser alterado se os cidadãos entendessem o potencial que a e-participação tem de se transformar em uma ponte entre a lacuna que existe entre os cidadãos e o governo.

Dentro deste contexto de explorar a compreensão dos cidadãos de suas percepções importantes é que a Teoria das Representações Sociais pode ser útil, e dessa forma ela será explorada no capítulo a seguir.

2.3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O termo “representação social” foi utilizado pela primeira vez em 1961 por Serge Moscovici em um estudo sobre o surgimento e a circulação da psicanálise na França. Este termo pode ser entendido como a elaboração coletiva de um objeto social pela comunidade visando se comunicar e desenvolver comportamentos e a teoria das representações sociais pode ser incluída no campo da psicologia social.

Para Berent e Gal (2008, p.3, tradução nossa⁵):

A teoria das representações sociais é uma estrutura sócio-cognitiva utilizada para estudar a produção social do conhecimento do senso comum. Ela oferece um conjunto de ferramentas conceituais concretas para abordar o contexto social do qual emergem significados compartilhados e para capturar a natureza temporal da atividade sócio-cognitiva.

Portanto, pode-se afirmar que a Teoria das Representações Sociais estuda a produção de conhecimento de senso comum, oferecendo ferramentas conceituais do contexto social de que os significados compartilhados emergem para capturar a natureza temporal da atividade sócio-cognitiva. Segundo os autores acima, comparado com quadros tecnológicos, a Teoria das Representações Sociais fornece uma postura mais holística a partir da qual o processo de construção de significados toma seu lugar dentro de grupos sociais.

A Teoria das Representações Sociais parte do princípio de que o relacionamento das pessoas com o mundo é invariavelmente mediado por uma camada socialmente construída que continuamente envolve símbolos, ou representações, que servem para tornar o mundo significativo para os atores sociais. A teoria fornece um vocabulário rico que permite examinar a formação, a partilha e o conteúdo das representações e suas relações com as ações das pessoas. Ou seja, em essência, as representações sociais são formas de se constituir o mundo (BERENT; GAL, 2008).

Moscovici (1988, 2001) afirma que a Teoria das Representações Sociais é um sistema de valores, ideias e práticas que em primeiro lugar estabelece uma sequência que permite que as pessoas orientem a si mesmas no mundo social e também material, e em segundo lugar permite que a comunicação ocupe seu lugar entre membros da comunidade que fornecerá uma perspectiva de representações sociais com um código para o intercâmbio social e classificação de aspectos a respeito do mundo e da história individual e do grupo. Berent e Gal (2008)

⁵The theory of social representations is a socio-cognitive framework used to study the social production of commonsense knowledge. It offers a set of concrete conceptual tools for addressing the social context from which shared meanings emerge and for capturing the temporal nature of socio-cognitive activity.

comentam que as representações sociais permitem que as pessoas criem sentido sobre seu mundo, interajam e se comuniquem com outros atores sociais.

Para Voelklein e Howarth (2005) uma característica importante das representações sociais consiste em familiarizar o desconhecido, uma vez que o desconhecido representa ameaças às realidades comuns e socialmente construídas. Segundo eles, os eventos e fenômenos novos, que são desconhecidos, são encarados pelos grupos em seu dia-a-dia e são interpretados como desafios que precisam ser enfrentados de forma simbólica e coletiva pelos membros do grupo. Neste ponto, existe uma lacuna de falta de significados entre o conhecido e o desconhecido e é aqui que o trabalho de representação aparece para restabelecer um senso de familiaridade (MOSCOVICI, 2001). Assim, as representações sociais podem ser entendidas como elaborações coletivas de fenômenos ou eventos desconhecidos. Para os autores, os eventos ou fenômenos se tornarão realidade social em virtude das representações que a comunidade possui. Ao ser representado por um grupo de pessoas por meio de dispositivos conceituais conhecidos o evento ou fenômeno poderá se tornar um objeto social que será percebido, caracterizado, em comparação com outros objetos sociais, e utilizado na linguagem e ação.

De acordo com a lente teórica escolhida sempre que há um novo fenômeno permeando um grupo social, este fenômeno passa por um processo de apropriação que nunca é neutro, ou seja, ele se configurará na construção de imagens, ideias e conotações já existentes naquela população (AUDEBRAND; IACOBUS, 2008). Por meio das representações sociais (RSs) esta cópia simbólica pode ser entendida. As representações sociais emergem da necessidade de tornar fenômenos incomuns familiares. A teoria das representações sociais é útil para examinar meios pelos quais são infiltrados discursos científicos e ideológicos no pensamento cotidiano (MOSCOVICI, 1976).

Segundo Audebrand e Iacobus (2008), as representações são sociais por serem produzidas durante processos de troca e por emergirem das interações sociais. Por estes processos de troca serem dominados de forma crescente pela comunicação de massa, refletirão em uma multitude de RSs.

Para Moscovici (1976) os processos representacionais consistem em dois subprocessos sociocognitivos: ancoragem e objetificação. A ancoragem (“voltada para dentro”, em inglês *inner-directed*) permite que cada membro do grupo entenda

um novo conceito ou fenômeno, já a objetificação (“voltada para fora”, em inglês *outer-directed*) permite que os membros se comuniquem a respeito deste fenômeno ou conceito com os outros membros do grupo.

Audebrand e Iacobus (2008) explicam que o processo representacional começa com a ancoragem do novo fenômeno ou objeto em algo conhecido e segue com a objetificação tornando o intangível em tangível e o abstrato em concreto, ou seja, fazendo com que uma ideia seja colocada no mundo físico.

A ancoragem envolve duas fases: (1) categorização – quando um novo fenômeno ou objeto é nomeado e (2) integração – quando é conferido um valor funcional do conteúdo representacional ao fenômeno ou objeto nomeado, e ele se torna disponível para uso. Na integração o próprio fenômeno é o referencial quando surge um novo objeto (AUDEBRAND; IACOBUS, 2008).

A objetificação é composta por três fases que ocorrem entre as fases de categorização e integração: (1) seleção – seleção de elementos distintivos que distinguem dos outros o fenômeno ou objeto, (2) esquematização – desenvolvimento de um ponto focal simples, concreto, visível e coerente, baseado na cultura local e padrões sociais e (3) naturalização – engloba a concretização dos elementos selecionados para os quais são designadas propriedades e características independentes do contexto do qual eles emergiram, que permitem que o novo conceito seja colocado em circulação mais ampla. Para os autores supracitados estas são as cinco frases que sucedem a emergência de um conceito.

Berent e Gal (2008) sustentam que lidar simbolicamente com fenômenos ou eventos desconhecidos envolve de início a ancoragem. Quando surge um novo fenômeno, o grupo precisa criar uma representação para torná-lo significativo. Dessa forma, o grupo terá que nomear e atribuir algumas características ao fenômeno para poderem se comunicar a respeito dele. A elaboração de novas representações será chamada objetificação. O processo de objetivação envolverá o desenvolvimento de um significante que representará o fenômeno ou objeto. A representação capta a essência do fenômeno e o tece socialmente no senso comum do grupo.

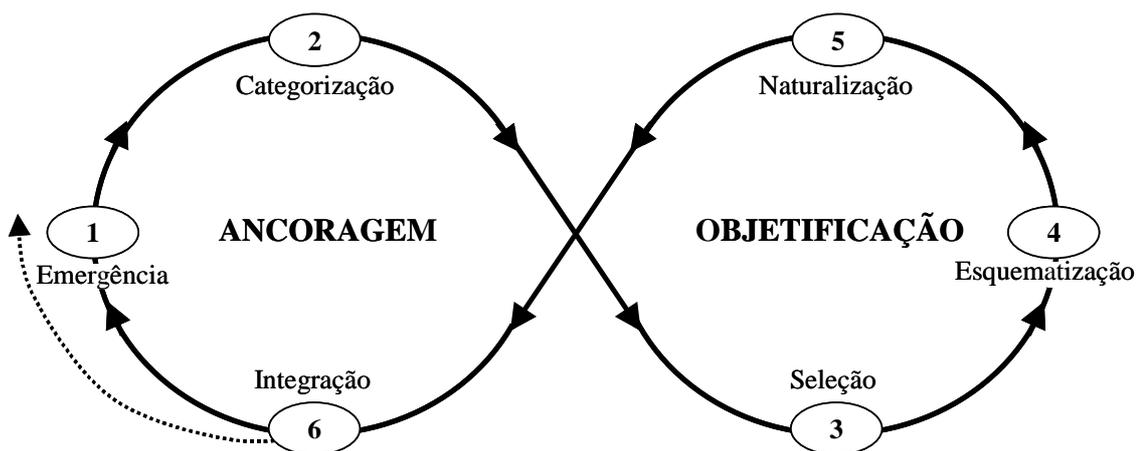
É importante destacar que surgirão representações diferentes do mesmo fenômeno por diferentes grupos, pois as representações dependem do contexto histórico-social de cada grupo, ou seja, dependem do conhecimento, do vocabulário

e de imagens que os membros do grupo compartilham e que refletem sua identidade comum, história e “terreno social” (BERENT; GAL, 2008; MOSCOVICI, 2001).

Assim, pode-se afirmar que os grupos sociais são o lócus das representações. Para os autores acima, os grupos proporcionarão o espaço onde as representações emergirão, circularão, evoluirão e “morrerão”. Portanto, a ação de representar envolve pelo menos três componentes distintos: duas pessoas (sujeito 1 e sujeito 2) que estão preocupados com um objeto (O). Ainda segundo os mesmos autores, outra consideração importante ao se examinar as representações sociais envolve a existência de múltiplos grupos sociais e das dinâmicas de mudança entre eles, pois eles não existem em um vácuo social, eles existem de forma implicada numa teia de relações sociais, atividades e discursos que envolvem outros grupos.

Para Audebrand e Iacobus (2008), a objetificação e a ancoragem não são estritamente sequenciais nem são fenômenos separados. Pode-se observar a dinamicidade deste processo ilustrado com o símbolo matemático para infinito. A figura 6 mostra a “ondulação” que leva a ancoragem à objetificação e vice-versa. Cada fase faz com que novos objetos tragam novos elementos à representação social do objeto e participem da sua construção até que a representação alcance estabilidade relativa. Ou seja, o processo pode nunca estar acabado definitivamente.

Figura 6: apresentação dinâmica do processo representacional



Fonte: Audebrand e Iacobus (2008)

Para Audebrand e Iacobus (2008), os processos de ancoragem podem falhar tanto por deficiência como por excesso (ver quadro 1). Por excesso quando a prática

social não apresenta aspectos distintivos em relação a outras práticas sociais, ou apresenta-os em quantidade pequena. Interesses não são criados e nem ocorre a originalidade (trivialização – ato de tornar um objeto comum, ordinário, negligenciando sua originalidade). A falha por deficiência ocorre quando a nova prática social apresenta pouco ou nada em comum com as outras práticas sociais, assumindo uma dimensão exótica (exotização).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, a objetificação também pode falhar por excesso ou deficiência. Quando por excesso, a prática social é esgotada de seus aspectos simbólicos e dimensões emblemáticas, de forma a ser reduzida ao estado de coisa, algo ordinário (reificação). Por deficiência, quando apresentada como prática social desconectada do mundo tangível e da realidade concreta (abstratização), ou seja, ela se torna inalcançável por permanecer em tão alto nível de abstração.

Quadro 1: falhas nos processos de ancoragem e objetificação

ANCORAGEM	OBJETIFICAÇÃO
EXCESSO Trivialização	EXCESSO Reificação
DEFICIÊNCIA Exotização	DEFICIÊNCIA Abstratização

Fonte: a autora, 2013.

2.4 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL DE BELO HORIZONTE

A história do Orçamento Participativo no Brasil começou em 1988 na cidade de Porto Alegre. Descrito como um processo decisório coletivo entre governo e cidadãos na elaboração do orçamento da cidade, sua prática é usada como exemplo por outras cidades do Brasil e do mundo (CUNHA; POZZEBON, 2009).

Além deste processo participativo, a administração pública brasileira tem implementado em sua administração outros tipos de processos como reuniões públicas, *focus groups*, audiências e consultas públicas, conselhos de cidadãos, cooperação de entidades representativas da sociedade civil e participação dos usuários na prestação de serviços públicos (CUNHA; POZZEBON, 2009). Assim, diante do dilema que todo governo em seu exercício tem de conciliar as demandas da sociedade com as possibilidades orçamentárias, em 1993 a Prefeitura de Belo

Horizonte encontrou no Orçamento Participativo uma forma de aumentar a participação direta das pessoas nestes processos de decisão (PREFEITURA BH, 2007/2008).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, tem 2.375.151 habitantes e 1.860.172 eleitores (Tribunal Regional Eleitoral, 2012). É dividida em nove administrações regionais.

O Orçamento Participativo ocorre da seguinte forma: os 41 fóruns distritais selecionam previamente 25 obras públicas para cada região. Nos fóruns de cada região, são escolhidos os delegados das sub-regionais e posteriormente são organizadas visitas para que estes delegados conheçam em conjunto os locais das obras que foram pré-selecionadas. Posteriormente são escolhidas pelos delegados no máximo 14 obras por região e eles passam então a supervisionar a execução dessas obras públicas. No período de 1993 até 2011 foram concluídas mais de 100 obras públicas do OP (PREFEITURA BH, 2007/2008).

Em 2006, visando aumentar a participação direta dos cidadãos no processo decisório, foi criado então o Orçamento Participativo Digital, pioneiro no Brasil e no mundo, que permitia a escolha direta de uma obra por regional da cidade intermediada pelas TIC. Dessa forma, a população passou a ter a oportunidade de escolher suas obras sem sair de suas casas (PREFEITURA BH, 2008).

Assim, os eleitores registrados no município escolhiam independentemente do seu local de residência uma entre quatro das obras públicas (cerca de 1,1 milhões de dólares por obra de orçamento) em cada uma das nove regiões da cidade, ou seja, além do orçamento de aproximadamente 40 milhões de dólares destinados ao OP tradicional, foram destinados 10 milhões de dólares ao OP-Digital (PREFEITURA BH, 2008).

Além da divulgação por meio da TV, rádio, panfletos e *websites* a prefeitura instalou 178 pontos de votação pela internet, com mais de 500 computadores e pessoal treinado para dar suporte aos cidadãos durante os 40 dias de votação. Alguns ônibus foram equipados com computadores com acesso à internet. Igrejas, associações comerciais e comunitárias instalaram pontos de votação adicionais que facilitavam o acesso daqueles que queriam participar. Cerca de 500 mil votos foram computados (PREFEITURA BH, 2008).

Com este passo, a Prefeitura de Belo Horizonte uniu a participação popular à inclusão social e à nova tecnologia, sendo a primeira prefeitura a submeter à votação de obras a serem executadas na cidade via internet. Esta foi uma ousada iniciativa política que visava incluir a informática a serviço da cidadania e da democratização da ação pública (PREFEITURA BH, 2008).

Em 2006 as obras do OP Digital obtiveram 503.266 votos e seu site foi visitado por 192.229 internautas de 23 países. Em 2008 o processo de votação foi ampliado, além de se votar pela internet também era possível votar por telefone por meio do serviço gratuito, em um número 0800. Os recursos para os investimentos foram ampliados em 147% e foram escolhidas cinco obras viárias para a escolha de uma que beneficiasse toda a população, porém a participação nesse ano foi menos expressiva do que na primeira edição, apenas 124 mil votos foram registrados (PREFEITURA BH, 2008).

Em 2011 foi lançada a sua terceira edição com novas regras de segurança a serem adotadas. Era necessário instalar um aplicativo da prefeitura no computador para executar o programa de votação e cadastrar um email para receber a confirmação da participação. 36 empreendimentos foram selecionados (quatro obras por regional), baseados na demanda e disponibilidade orçamentária, para serem escolhidos nove, um por regional. Nesse ano a participação foi menos expressiva ainda: 90 mil votos, 80 % a menos que na primeira edição. O quadro 2 permite a visualização dos números do OP-Digital (PREFEITURA BH, 2008).

Quadro 2: OPD em números

Ano	N.º de obras	Valor	Quantidade de votantes	Quantidade de votos	N.º de visitas ao site
2006	Foram colocadas 36 obras em votação e podia-se escolher 1 obra por regional. Foram eleitos 9 empreendimentos.	R\$ 20,25 milhões	172.938 eleitores	503.266 votos	192.229
2008	Foram colocadas em votação 5 grandes obras viárias para escolha de uma.	Custo estimado de R\$ 191 milhões	124.320 eleitores	124.320 votos	217.655
2011	Foram colocados em votação 36 empreendimentos para se escolher 1 por regional. Foram eleitos 9 empreendimentos.	R\$ 49,5 milhões	25.378 eleitores	92.724 votos	86.279

Fonte: adaptado de: Prefeitura BH, 2008.

3 METODOLOGIA

O contexto deste trabalho é o governo eletrônico e a governança eletrônica, e se baseia em trabalhos já realizados pelo grupo que abriga esta pesquisa, em governo eletrônico, governança eletrônica e comércio eletrônico, avançando na compreensão dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento em relação ao governo eletrônico e governança eletrônica, universalizando a prestação de serviços ao cidadão, a inclusão digital, o acesso e a problemática relacionada à democracia “eletrônica”. Especificamente, investiga-se o uso de TIC na prática democrática, na participação da decisão na tomada de decisão pública.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada a metodologia apresentada a seguir. Segundo Gil (2008) a pesquisa social é o processo que por meio da utilização da metodologia científica se obtêm novos conhecimentos no campo da realidade social e que envolve todos os aspectos relativos ao homem em seus relacionamentos com instituições sociais e outros homens. Dessa forma pode-se afirmar que esta pesquisa se encontra no campo da pesquisa social. No que tange à sua finalidade, ela pode ser considerada como explicativa. Para Gil (2008) a pesquisa explicativa tem sua preocupação central em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este tipo de pesquisa é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão e o porquê das coisas.

Por fim, este trabalho possui uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Richardson (1999) sua característica é não empregar um instrumental estatístico no processo de análise de um problema, não numerando ou medindo unidades ou categorias homogêneas, é uma abordagem que pode ser justificada sobre tudo por ser considerada adequada para se entender à natureza de um fenômeno social.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O problema de pesquisa, segundo Gil (2008, p. 33) é uma “...questão que dá margem a hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou resolver”. Ainda para o mesmo autor o problema pode ser algo que provoca desequilíbrio, mal-estar, sofrimento ou constrangimento às pessoas, porém na acepção científica “problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do

conhecimento”.

Sendo assim, com base nos conceitos abordados anteriormente sobre o uso de TI pelo governo, e-participação e Teoria das Representações Sociais, pode-se especificar o problema de pesquisa abordado na introdução do presente trabalho da seguinte forma: como o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público?

3.1.1 Perguntas de pesquisa

As perguntas de pesquisa são:

- Como funciona o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte?
- Quais são as representações sociais que são geradas pelos cidadãos de Belo Horizonte em relação ao uso de TIC na participação do orçamento público?
- Quais são as representações sociais que são geradas pelos representantes do governo de Belo Horizonte em relação ao uso de TIC na participação do orçamento público?
- Quais são as relações entre as Representações Sociais dos representantes do governo e dos cidadãos, suas aproximações e distanciamentos?

3.1.2 Definição constitutiva (DC) e operacional (DO) das variáveis

Baseado nos conceitos de Gil (2008, p.79) existem duas definições de variáveis: a constitutiva e a operacional. Para o autor “a operacionalização das variáveis pode ser definida como o processo que sofre uma variável (ou um conceito) a fim de se encontrar os correlatos empíricos que possibilitem sua mensuração ou classificação”.

Ainda segundo o autor, quando se pretende que uma proposição se torne uma hipótese científica, é condição básica que seja passível de refutação empírica. Dessa forma as variáveis precisam ser operacionalizadas, ou seja, traduzidas em conceitos mensuráveis.

Dessa forma, neste trabalho foram exploradas as seguintes variáveis: Representação Social e etapa do processo representacional.

Representação Social:

DC: as representações sociais podem ser entendidas como elaborações coletivas de fenômenos ou eventos desconhecidos. Os eventos ou fenômenos se tornarão realidade social em virtude das representações que a comunidade possui. Ao ser representado por um grupo de pessoas por meio de dispositivos conceituais conhecidos o evento ou fenômeno poderá se tornar um objeto social que será percebido, caracterizado, em comparação com outros objetos sociais, e utilizado na linguagem e ação (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005).

DO: foi verificada por meio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

Etapa do processo representacional:

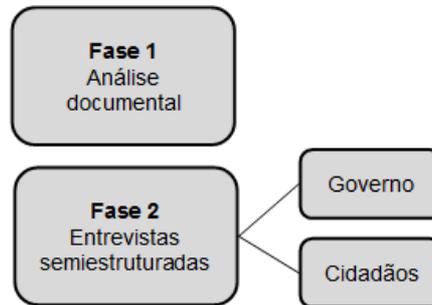
DC: Audebrand e Iacobus (2008) explicam que o processo representacional começa com a ancoragem do novo fenômeno ou objeto em algo conhecido e segue com a objetificação tornando o intangível em tangível e o abstrato em concreto, ou seja, fazendo com que uma ideia seja colocada no mundo físico. A ancoragem envolve duas fases: (1) categorização – quando um novo fenômeno ou objeto é nomeado e (2) integração – quando é conferido um valor funcional do conteúdo representacional ao fenômeno ou objeto nomeado, e ele se torna disponível para uso. Na integração o próprio fenômeno é o referencial quando surge um novo objeto. A objetificação é composta por três fases que ocorrem entre as fases de categorização e integração: (1) seleção – seleção de elementos distintivos que distinguem dos outros o fenômeno ou objeto, (2) esquematização – desenvolvimento de um ponto focal simples, concreto, visível e coerente, baseado na cultura local e padrões sociais e (3) naturalização – engloba a concretização dos elementos selecionados para os quais são designadas propriedades e características independentes do contexto do qual eles emergiram, que permitem que o novo conceito seja colocado em circulação mais ampla.

DO: foi verificada por meio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

3.2 DELIMITAÇÃO E *DESIGN* DA PESQUISA

Referente aos procedimentos técnicos, esta pesquisa foi baseada em dados de fontes primárias e secundárias. As entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo constituíram as fontes primárias e as pesquisas bibliográficas e documentais constituíram as fontes secundárias, conforme demonstrado na figura 7.

Figura 7: procedimentos técnicos da pesquisa



Fonte: a autora, 2013.

Fase 1: Análise documental: foram analisadas pesquisas anteriores realizadas e confrontadas com o referencial teórico pesquisado. Os seguintes documentos foram analisados: textos de sites governamentais oficiais e/ou que representam o discurso oficial (como o site do prefeito) do OPD do ano de 2006, 2008 e 2011, textos da Internet dos principais veículos da imprensa da cidade de Belo Horizonte, de Minas Gerais e eventualmente de jornais de veiculação nacional (como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Zero Hora). No tocante às fontes secundárias ou pesquisa bibliográfica, serviram de apoio para a coleta de tal dados as teses, dissertações, artigos, livros e revistas que estão referenciados ao final do trabalho.

Segundo Marconi e Lakatos (2006) os procedimentos de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos podem ser utilizados juntamente com o levantamento. Por sua vez, a pesquisa bibliográfica pode ser justificada pela utilização de artigos, teses e dissertações e livros como referencial teórico e comparativo.

Fase 2: Entrevistas semiestruturadas: segundo Gil (2008, p.33), são uma forma de interação social “mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Para investigação do uso de TIC para melhorar a tomada de decisão pública foi escolhida a Teoria das Representações Sociais como quadro teórico, visto que esta teoria provê um suporte útil ao exame do acervo de conhecimentos do senso comum e da maneira como os discursos científicos e ideológicos se infiltram na forma cotidiana de pensar (MOSCOVICI, 1976).

Para coerência com este quadro teórico, foi adotada como abordagem metodológica a análise de conteúdo, que “é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (BARDIN, 2011, p.36). Trata-se, portanto de um tratamento do conteúdo contido nas mensagens. Para alcançar os objetivos propostos, foram identificados os seguintes atores importantes: o governo e o cidadão. Assim, partindo do tema principal desta pesquisa, o uso social da TIC no âmbito da democracia eletrônica e participação pública, além da Teoria das Representações Sociais como quadro teórico, foi adotada como técnica de análise de dados a análise de conteúdo.

A posição epistemológica presente neste estudo é de que a tecnologia é um artefato humano, socialmente construído pelas interações humanas e escolhas que simultaneamente restringem e possibilitam a ação humana (POZZEBON, 2003). Assim, o conhecimento produzido a respeito das tecnologias é uma construção social. A Teoria das Representações Sociais representa correntes teóricas e metodológicas que se inserem numa ontologia crítico-interpretativa e refletem numa epistemologia construtivista. Na análise deste trabalho, na fase de interpretação, optou-se por identificar a partir dos textos a produção de Representações Sociais – RSs.

A abordagem de análise de conteúdo seguiu o procedimento de Thompson (2004). Foi operacionalizada em três fases: 1) seleção e organização dos dados, 2) leitura dos textos e 3) explanação dos resultados.

Na **seleção e organização dos dados**, foram obtidos dados dos pontos de vista dos cidadãos e do governo. Cidadãos foram entrevistados. Representantes do governo foram entrevistados. Foi tomado cuidado para que todos os entrevistados assinassem um termo de concordância de participação na pesquisa que assegurava também a confidencialidade dos dados individuais. Esta pesquisa segue um protocolo de pesquisa aprovado no comitê de Ética da PUCPR. Todas as entrevistas foram transcritas.

A **leitura dos textos, das entrevistas transcritas**, foi feita na ordem cronológica para uma primeira descrição, o que corresponde à primeira etapa da análise. Todas as entrevistas foram formatadas e cada uma recebeu um código (ENTREVISTA1 a ENTREVISTA12), sendo que as ENTREVISTAS 2, 6, 9 e 10 correspondiam às entrevistas dos membros do governo e as demais às entrevistas com os cidadãos que foram tratadas em duas unidades hermenêuticas distintas, ou

seja, em dois projetos de análise diferentes. Cada entrevistado também recebeu um número (ENTREVISTADO1 a 19), que substituiu seus nomes para garantir o sigilo dos participantes. Cabe também ressaltar que algumas entrevistas foram realizadas em grupos e por impossibilidade de separar os membros do governo dos cidadãos que não trabalhavam na prefeitura, algumas entrevistas foram realizadas com os dois públicos juntos, principalmente quando se tratava dos líderes das regionais de Belo Horizonte que iam até os locais das entrevistas apresentar os cidadãos a serem entrevistados (ENTREVISTAS 9, 10, 11 e 12).

A seguir, os textos foram carregados no software ATLAS.ti e passou-se para a codificação. A categorização ocorreu de acordo com o critério semântico das palavras encontradas nos discursos (BARDIN, 2011) e nos códigos preliminares das autoras Cunha, Coelho e Pozzebon (2013) de uma pesquisa similar, focada no mesmo objeto de estudo, porém com ênfase na análise de textos da imprensa e do governo relacionados ao OP-Digital de Belo Horizonte.

Na segunda etapa, ocorreu a interpretação utilizando o framework teórico das representações sociais. Este passo da interpretação ajudou a identificar como os discursos mudam o novo e desconhecido processo do OPD para conceitos ou objetos familiares à população.

Ao mesmo tempo em que foi descrito e interpretado o material empírico, a **explicação dos resultados** tomou forma. Apesar de esta fase estar representada como o último passo, ela se concretizou junto com a etapa de interpretação. Aqui, de novo, a Teoria das Representações Sociais teve um papel importante provendo conceitos adicionais que ajudaram a conectar o conteúdo das entrevistas a um contexto político-social mais amplo.

3.3 DADOS: FONTE, COLETA E TRATAMENTO

O contexto da pesquisa foi a cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, no Brasil. Quis-se como pessoas a serem entrevistadas um conjunto de cidadãos de Belo Horizonte que tiveram papéis relevantes no OPD. Utilizou-se, portanto, a técnica *snowball* também chamada *snowball sampling* (amostragem em Bola de Neve) em que os primeiros entrevistados que foram os membros da equipe do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte indicaram os participantes mais

engajados ao OP-Digital, que indicaram outros e assim sucessivamente (ALBUQUERQUE, 2009).

Os entrevistados foram pessoas que tiveram participação ativa nos processos do OPD. Estas pessoas foram localizadas também por suas exposições nos jornais de grande circulação da cidade assim como em entrevistas expostas no livro da Prefeitura de Belo Horizonte (PREFEITURA, 2008).

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre 2012 caracterizando-se como um corte transversal, ou seja, que ocorreu em um só momento para possibilitar a análise e descrição das variáveis no período. Todas as entrevistas foram presenciais e gravadas. Foram entrevistados quatorze cidadãos e cinco membros do governo de diferentes regionais. Os documentos utilizados durante as entrevistas podem ser encontrados nos apêndices A e B desta pesquisa. Todas as entrevistas foram transcritas.

A análise dos dados aconteceu da seguinte forma: com os dados primários (entrevistas) foi utilizada a análise de conteúdo fundamentada na Teoria das Representações Sociais. Os dados secundários foram analisados por meio da técnica de análise documental, que segundo Bardin (2009) é o conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento diferentemente da forma original, visando facilitar sua referência em estudos posteriores. A análise documental foi a base da construção da descrição do objeto de estudo – o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. No tratamento e análise dos dados foi utilizado o software ATLAS.ti e a análise foi interpretativa.

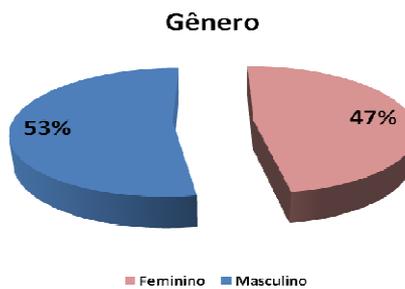
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir os resultados serão apresentados e discutidos. Será explorado o perfil dos entrevistados, os códigos que surgiram da análise das entrevistas transcritas e o que a interpretação destes dados sugere.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Em relação ao gênero dos 19 entrevistados, 53% eram homens e 47% mulheres. A idade média dos entrevistados foi de 50,9 anos, em que a pessoa mais jovem entrevistada tinha 40 anos e a mais velha 65 anos.

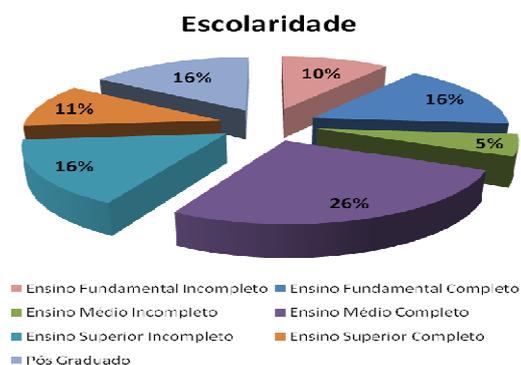
Gráfico 1: gênero dos entrevistados



Fonte: a autora, 2013.

A escolaridade foi bem diversificada, predominando com 26% de entrevistados que possuíam o Ensino Médio completo. Ou seja, uma amostra de baixa escolaridade, conforme o gráfico 2.

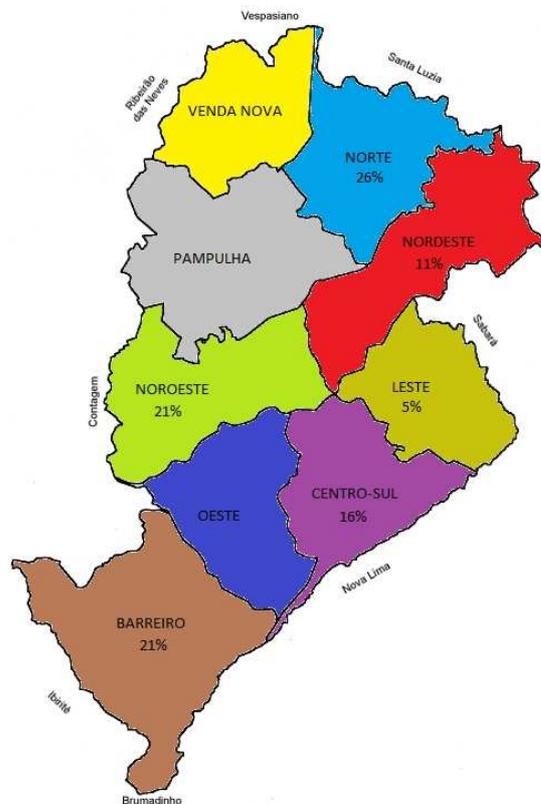
Gráfico 2: escolaridade dos entrevistados



Fonte: a autora, 2013.

A distribuição dos entrevistados por regionais, conforme a figura 8, ocorreu da seguinte maneira: 26% dos entrevistados residem na regional Norte, 21% na regional Noroeste, 21% no Barreiro, 16% no Centro-Sul, 11% na regional Nordeste e 5% na regional Leste. Habitantes das outras três regionais (Venda Nova, Pampulha e Oeste) não puderam ser entrevistados, devido a dificuldades de deslocamento na cidade, por se tratar de uma cidade grande e devido ao curto tempo disponível para serem realizadas as entrevistas (uma semana em outro estado).

Figura 8: entrevistados por regionais de Belo Horizonte



Fonte: a autora, 2013.

A categorização ocorreu de acordo com o critério semântico das palavras encontradas nos discursos, ou seja, de acordo com as categorias temáticas e com o critério léxico: "...sentido das palavras, emparelhamento dos seus sinônimos e dos seus sentidos próximos" (BARDIN, 2011, p.147). Tratou-se, portanto da informação contida nas mensagens e da análise de conteúdo de acordo com a análise dos significantes (BARDIN, 2011). Além disso, procurou-se seguir na codificação os mesmos códigos das autoras Cunha, Coelho e Pozzebon (2013) e da Macintosh (2004), conforme quadro 3.

Quadro 3: códigos das entrevistas

Família	Autores
Eleição	CUNHA, COELHO, POZZEBON (2013)
Exercício de cidadania	
Exercício de poder	
Ferramenta	
Participação-Inclusão	MACINTOSH (2004)
Participação-Engajamento	
Participação-Emancipação	

Fonte: a autora, 2013

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS CIDADÃOS

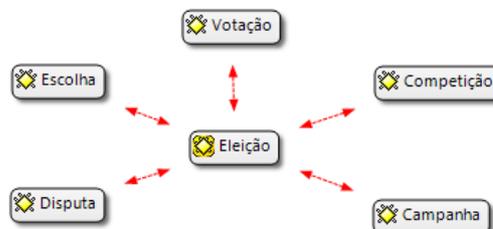
Em primeiro lugar, no tratamento das entrevistas com os cidadãos foram encontradas 658 *quotations* que foram agrupadas em 51 códigos e divididas em 7 famílias e em outros achados, conforme o quadro 4.

A seguir, para cada família é apresentado um quadro com a família, a categoria, o número de citações, e um exemplo da fala dos entrevistados incluída na família/categoria (quadros 5 a 21). Para cada família foi gerada uma teia, uma representação gráfica, dessa família.

4.2.1 Família Eleição

A família eleição abrange as categorias votação, competição, campanha, disputa e escolha conforme figura 9 e quadro 5.

Figura 9: rede com a família eleição



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 4: famílias e códigos das entrevistas com os cidadãos

Famílias	Categorias	Sub-Categorias	N.º de citações
Eleição	Votação	---	100
	Competição	---	61
	Campanha	---	35
	Disputa	---	18
	Escolha	---	3
Exercício de cidadania	Integração do Governo com a sociedade	---	5
	Cidadania	---	4
	Democracia	---	2
Exercício de poder	Exercício de poder	---	23
	Direcionado pela prefeitura	---	21
	Transferência de Responsabilidade	---	6
	Governo mostra que está trabalhando	---	2
	Vantagem política	---	1
Ferramenta	Nova fase tecnológica	---	23
	Ferramenta	---	8
	Facilitador	---	7
	Modernidade	---	4
	Dinâmico	---	3
	Ferramenta democrática	---	2
	Transparência	---	1
Participação-Inclusão	Alcançar o Público que não participava antes	---	18
	Comunicação	---	12
	Amplia a visão	---	12
	Abrange obras de maior valor	---	6
	Decisão	---	2
	Inserção	---	2
Participação-Engajamento	Grupos de interesse	---	49
	Mobilização (48)	Mobilização da população	20
		Mobilização da comunidade	18
		Mobilização do bairro	7
		Mobilização dos jovens	2
		Mobilização social	1
	Acesso à informação	---	21
	Força da população	---	14
	Engajamento	---	12
	Sensibilização	---	1
Participação-Emancipação	Participação	---	43
	Trabalho	---	31
	Educação	---	4

Outros achados (desafios)	Falta de interesse	---	13
	Falta de informação	---	8
	Documentação	---	6
	Fraude	---	5
	Escolha das obras pela prefeitura	---	4
	Substituição do OP-Presencial	---	4
	Atraso na execução das obras	---	3
	Inclusão digital	---	3
	Falta de dinheiro para realização de obras maiores	---	2
	Falta de transparência	---	2
	Incerteza do sucesso	---	2
	Curto prazo de duração do processo	---	2

Fonte: a autora, 2013.

Esta família mostrou o OPD como uma disputa seguida da necessidade de uma campanha para “ganharem” a obra escolhida, julgada como mais importante por cada um por meio da votação. Cabe ressaltar que a categoria “votação” foi a mais citada em todas as entrevistas com os cidadãos (100 vezes).

Exemplo de fala dos sujeitos:

“A tecnologia está dando passos longos, fazendo ações novas, modernas, como uma votação a nível tecnológico...” (Entrevistado 5).

Quadro 5: família eleição

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Eleição	Votação	100	"Te dando a oportunidade a que seu voto, seja a favor de um trabalho comunitário".
	Competição	61	"Tem que trabalhar quase que dia e noite para poder né... você tem que querer. Eu vou ganhar. Agora se você começa a não ter o interesse de ganhar..."
	Campanha	35	"Pedia voto chamando pra vim votar, pode vir votar aqui em casa aqui, ó. Ponto de votação".
	Disputa	18	"Na segunda-feira que era a antevéspera do aniversário da cidade que é 12 de dezembro, é...nós conseguimos passar o primeiro lugar e no final nós completamos com 21 mil votos, quase 22 mil votos e o segundo ficou com 19 mil votos..."
	Escolha	3	"Você vai escolher uma obra e vai votar no computador".

Fonte: a autora, 2013.

4.2.2 Exercício de cidadania

A família exercício de cidadania abrangia as categorias integração do governo com a sociedade, cidadania e democracia conforme figura 10 e quadro 6.

Figura 10: rede com a família exercício de cidadania



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 6: família exercício

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Exercício de cidadania	Integração do Governo com a sociedade	5	"É...a integração mesmo com a sociedade, o...a comunicação fica mais estreita".
	Cidadania	4	"Então foi um trabalho assim, é fantástico de cidadania e de mobilização".
	Democracia	2	"Agora, é democrático. Por isso invoquei com esse papel aí. É democrático".

Fonte: a autora, 2013.

Em “exercício de cidadania” aparece na fala dos cidadãos a relação do OP-Digital com o direito da população de exercer a sua cidadania ao ter voz e vez para escolher as obras que beneficiariam a sua comunidade de forma democrática, permitindo também a integração do governo com a sociedade:

“Eu pensei e falei pô isso é realmente importante porque é uma demonstração da cidadania e se você for ver o utilizar da cidadania que compete a todo o cidadão” (Entrevistado 3).

4.2.3 Exercício de poder

A família exercício de poder abrange as categorias exercício de poder, direcionado pela prefeitura, transferência de responsabilidade, governo mostra que está trabalhando e vantagem política conforme figura 11 e quadro 7.

Figura 11: rede com a família exercício de poder



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 7: família exercício de poder

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Exercício de poder	Exercício de poder	23	"Mas ai o pessoal começou a campanha muito forte, uma mobilização. Aí os políticos, os vereadores principalmente perceberam que aquilo era uma ação de agregar pessoas em torno dele, eles começaram a colocar à disposição das comunidades ou em volta da obra, né. De repente a obra que ficou distrital era uma área de abrangente que ele tinha um... vou usar a palavra mais comum, curral de voto mesmo".
	Direcionado pela prefeitura	21	"Na realidade foi uma coisa direta, uma procura direta dos organizadores né? Da prefeitura, que já, é... direcionaram né? Já, já direcionaram o processo. Não foi uma coisa divulgada, que eu vi, pela mídia".
	Transferência de Responsabilidade	6	"Vamos fazer o seguinte? eu vou entregar. as minhas mãos estão lavadas. Vocês fazem o que quiserem. e assim foi feito. Aqui está o dinheiro, vocês fazem o que quiser".
	Governo mostra que está trabalhando	2	"Então, o governo, o benefício para o governo é muito mais do que pra outro lugar, porque ele divulga né? Pelo menos se ele tiver politicamente ele divulga que tá trabalhando né?"
	Vantagem política	1	"Porque Orçamento Participativo não é uma lei. Ele é uma vantagem política".

Fonte: a autora, 2013.

Um fator interessante que apareceu na fala dos cidadãos foi a transferência de responsabilidade, que significava que com o OPD os políticos estariam se

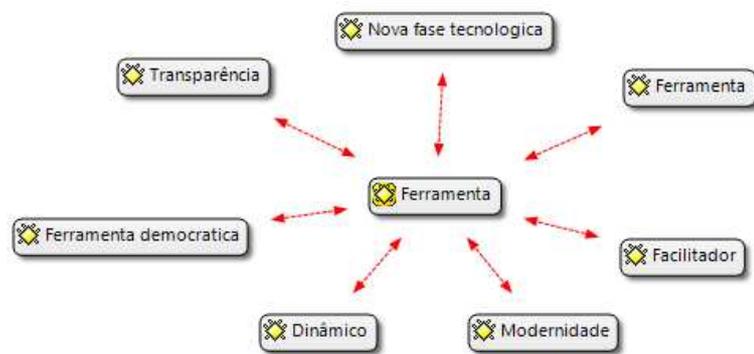
livrando da responsabilidade de ter que agradar a todos se tivessem que escolher as obras a serem realizadas no município sozinhos. Além disso, pode-se perceber que apesar dos cidadãos verem o processo como um processo direcionado pela prefeitura, ainda assim eles entendem que é algo de direito deles e não permitem que haja intervenção de políticos com a intenção de colocarem seus nomes em evidência:

“...se você quiser ajudar, ajude com isso, com isso aqui, ó. Mas não entra para poder depois falar “porque o político de tal conseguiu”” (Entrevistado 17).

4.2.4 Ferramenta

A família ferramenta abrange as categorias nova fase tecnológica, ferramenta, facilitador, modernidade, dinâmico, ferramenta democrática e transparência conforme figura 12 e quadro 8.

Figura 12: rede com a família ferramenta



Fonte: a autora, 2013.

Outros exemplos de falas dos cidadãos:

“É a internet, é a comunicação, a tecnologia da informação” (Entrevistado 5).

“Ela vai precisar de uma ferramenta que chegue mais perto pra dentro de casa” (Entrevistado 5).

As próximas famílias foram divididas nos três estágios de participação da Macintosh (2004): (1) *participação-inclusão*, quando membros, cidadãos ou usuários

recebem acesso a informações; (2) *participação-engajamento*, quando as pessoas conseguem interagir com as organizações e iniciar um diálogo e (3) *participação-emancipação* que se refere trabalhar juntamente com os usuários, membros ou cidadãos dando a eles responsabilidades, tarefas e opções para colaborarem com a organização.

Quadro 8: família ferramenta

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Ferramenta	Nova fase tecnológica	23	"Já que a digital está usando a internet, vamos usar as ferramentas que tem na internet, vamos usar o blog, o facebook..."
	Ferramenta	8	"Porque é uma ferramenta que você tem dentro de casa que ninguém tira...para ser sincero ele trouxe uma nova dinâmica".
	Facilitador	7	"Eles têm um facilitador que a pessoa pode fazer o voto dela de casa sim, é um facilitador".
	Modernidade	4	"...Você pode exatamente falar somente na rapidez, na modernidade e na forma direta de obter as vitórias da comunidade".
	Dinâmico	3	"Esse esquema da OP-Digital eu acho mais dinâmico. Porque você consegue mobilizar as pessoas de outra parte da cidade".
	Ferramenta democrática	2	"A gente já sabia que o OP-Digital tava já incluído para ser uma ferramenta democrática".
	Transparência	1	"É a modernidade, a rapidez com transparência".

Fonte: a autora, 2013.

4.2.5 Participação-Inclusão

A família participação-inclusão abrange as categorias alcançar público que não participava antes, comunicação, amplia a visão, abrange obras de maior valor, decisão e inserção conforme figura 13 e quadro 9.

Figura 13: rede com a família participação-inclusão



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 9: família participação-inclusão

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Participação-Inclusão	Alcançar o Público que não participava antes	18	"Mas iria abrir essa nova frente exatamente para poder facilitar para as pessoas que querem participar, mas não tem aquela disponibilidade de ir nas reuniões, esse negócio todo".
	Comunicação	12	"É...a integração mesmo com a sociedade, o...a comunicação fica mais estreita".
	Amplia a visão	12	"Na maioria dos casos aqui o córrego é escondido, não sabe. Mesmo no presente já é um meio de divulgar que aquele problema existe".
	Abrange obras de maior valor	6	"Todos os que foram aprovados agora o valor é alto, de... e também para a região mais sofisticada do que a nossa, mais centro sul, belvedere, então é uma coisa que não é para vilas e favelas. O presencial abrange mais vilas e favelas, e bairros mais afastados de classe média baixa".
	Decisão	2	"É a facilidade, a comodidade, que a pessoa poderia estar acessando a internet em casa, é vendo as informações todas, foi uma decisão...é uma questão de tempo né?"
	Inserção	2	"A sociedade tem que acordar e ver que, é... lápis e papel, já está ficando como um subsídio, mas já não como ponto principal, hoje é a internet, é a comunicação, a tecnologia da informação é que vai levar com que as pessoas se insiram mais, lápis e papel acabar sendo, mais um... um reforço hoje. Antigamente era prioritário né, a gente ia pra escola era o lápis e papel, hoje não, hoje você tem que ir para escola com o notebook".

Fonte: a autora, 2013.

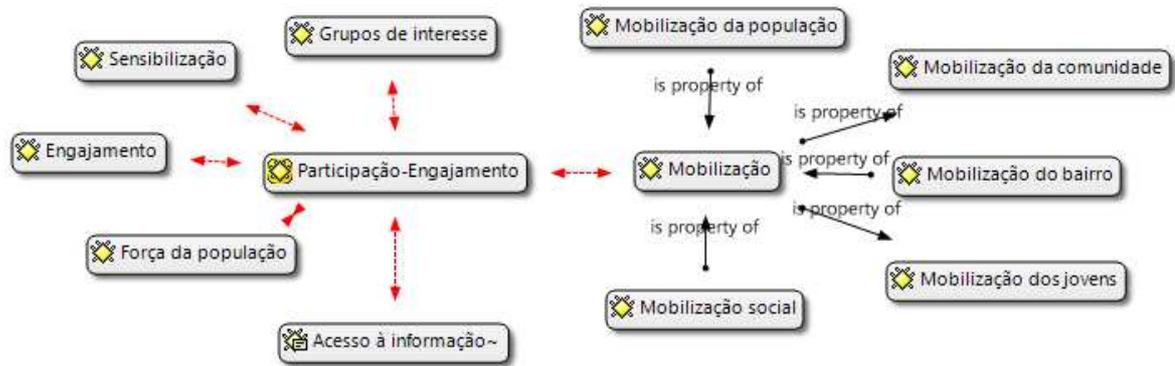
Entraram nesta classificação as menções à inclusão e à inserção das pessoas nos processos participativos, à decisão de participar e até mesmo ao simples fato de que a visão dos cidadãos seria ampliada ao tomarem conhecimento sobre a necessidade das outras regionais:

"Porque é muito melhor a votação digital ela proporciona um maior nível de participação do que a presencial" (Entrevistado 17).

4.2.6 Participação-Engajamento

A família participação-engajamento abrange as categorias grupos de interesse, mobilização, acesso à informação, força da população, engajamento e sensibilização conforme figura 14 e quadro 10.

Figura 14: rede com a família participação-engajamento



Fonte: a autora, 2013.

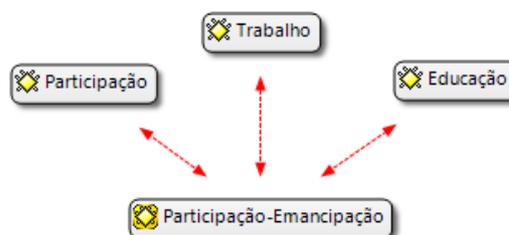
Nesta família entraram as categorias que estavam relacionadas ao engajamento das pessoas ao processo do OP-Digital. O engajamento, que se refere a uma posição face às questões políticas e sociais, aparece na fala dos cidadãos relacionado aos diversos motivos pelos quais os cidadãos se engajam ao OP-Digital:

“Haja vista que os outros que tiveram não tiveram tanta mobilização, por que, as obras não eram de interesse de um grupo específico que era o grupo do inter centro” (Entrevistado 3).

4.2.7 Participação-Emancipação

A família participação-emancipação abrangia as categorias participação, trabalho e educação conforme figura 15 e quadro 11.

Figura 15: rede com a família participação-emancipação



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 10: família participação-engajamento

Família	Categorias	Sub-categorias	N.º de Citações	Exemplo
Participação-Engajamento	Grupos de interesse	---	49	"...olhe isso é de interesse para nós, nós temos que demonstrar".
	Mobilização (48)	Mobilização da população	20	"Nós conseguimos passar o primeiro lugar e no final nós completamos com 21 mil votos, quase 22 mil votos e o segundo ficou com 19 mil votos, então foi um trabalho assim, é fantástico de cidadania e de mobilização, porque você mobilizar as pessoas para um objetivo demonstrou a força que a população tem".
		Mobilização da comunidade	18	"Então o que aconteceu? A comunidade teve que se mobilizar a questão das máquinas dela, correr atrás, ir na <i>lan house</i> e tal".
		Mobilização do bairro	7	"Nós juntamos todas. Tentamos e conseguimos juntar o Barreiro inteiro".
		Mobilização dos jovens	2	"Se a gente não conhecesse todo mundo, pegava computador emprestado, notebook, alugava a <i>lan house</i> ".
		Mobilização social	1	"Corre que o tempo é... o OP-Digital ele tem tempo né. E a pessoa tem que se preparar, acho que a mobilização social que existe no OP-Digital, eu acho que te dando a oportunidade a que seu voto, seja a favor de um trabalho comunitário, porque o OP-Digital, não é, bom hoje ainda não é, para votação de presidente, não é ainda, mas eu acho que daqui a pouco já ta tendo isso, mas o OP-Digital é... a que se refere neste caso é para benfeitorias né"?
	Acesso à informação	---	21	"As informações são bem claras, que com o mínimo de conhecimento de informática a pessoa pode acessar, tem as informações das obras, tudo de uma forma simples".
	Força da população	---	14	"Porque você mobilizar as pessoas para um objetivo demonstrou a força que a população tem".
	Engajamento	---	12	"Falei: olha só eu vou me engajar nessa campanha e vou mobilizar a população".
	Sensibilização	---	1	"Eu tinha interesse jornalístico no assunto, e entender que...e o meu interesse também, em função disso. E também, lógico, se sensibilizar com a situação".

Fonte: a autora, 2013.

Participação-Emancipação engloba quando o cidadão passa a entender o seu papel e está ciente sobre a necessidade de continuar participando do processo:

“Sim nós podemos e isso demonstrou que nós podemos, a população unida pode trabalhar em conjunto para obter um sucesso maior da sociedade” (Entrevistado 3).

Quadro 11: família participação-emancipação

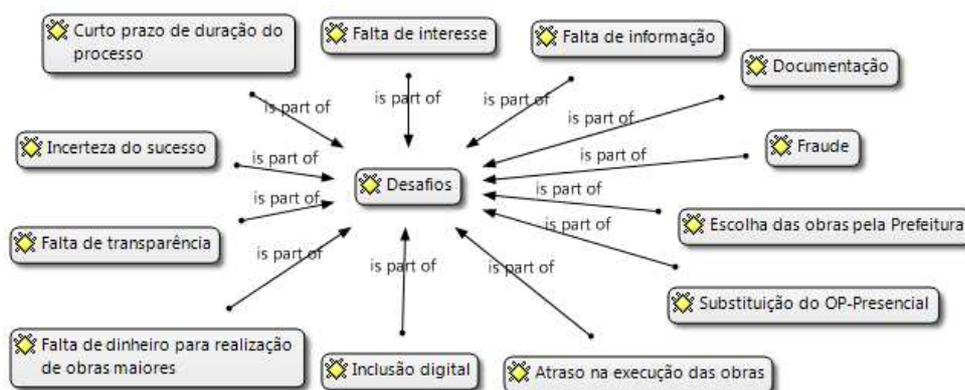
Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Participação-Emancipação	Participação	43	"Esperava que a gente cumprisse o papel nosso. Aquele que nós cumprimos, de cada comunidade, cada organização pegar a própria obra e trabalhar nela".
	Trabalho	31	"A Lagoinha ainda tem condições de continuar trabalhando, OP-Digital foi fase, não significa que acabou".
	Educação	4	"Eu tive que educar muitas pessoas. Eu falei, gente, tem o dinheiro, o dinheiro está ai, o governo disponibilizou, a prefeitura disponibilizou, é para quem quer".

Fonte: a autora, 2013.

4.2.8 Outros achados

A figura 16 e o quadro 12 exemplificam as falas dos cidadãos em relação aos desafios do OP-Digital:

Figura 16: rede com os desafios do OPD



Fonte: a autora, 2013.

Durante as entrevistas, os cidadãos não deixavam de comentar sobre alguns desafios do OP-Digital. Desafios que foram encontrados durante as três edições que ocorreram até o presente momento.

Quadro 12: desafios do OPD

Família	Sub-categorias	N.º de Citações	Exemplo
Outros achados (Desafios)	Falta de interesse	13	"Eu não voto mais não, porque eu sou idoso".
	Falta de informação	8	"Era falta de conhecimento... que a gente não sabia..."
	Documentação	6	"Olha aqui nós tivemos um pouquinho de dificuldades...não é bem dificuldades, a exigência específica do título de eleitor, né? Que poderia se apenas o CPF, algumas coisas assim que poderia facilitar porque o título de eleitor é uma coisa menos, é...um documento menos, que a pessoa porta ele menos ele na hora, não é...normalmente se usa de dois em dois anos, você não está com ele constantemente".
	Fraude	5	"Então muita gente pegava lá e, olha, eu não tenho tempo para votar, toma o meu título e vai votar. Dava o título mesmo, dava o título mesmo, votava pelo título de eleitor. E aí o que aconteceu? isso aí eu acho que automaticamente a prefeitura começou a descobrir e então agora uma vez e outra o OP teve os critérios. Os números, tem que ter também perguntas surpresas, as letras que você tem que digitar, então não teve como ninguém fazer falcatura mesmo. Teve que trabalhar honesto".
	Escolha das obras pela prefeitura	4	"Outra coisa que foi errada. Foi muito discutido. Muitas obras ligadas a saúde entraram em OP-Digital. Claro que nós fomos contra. Claro. Saúde, educação e segurança não tem que entrar em OP não. De jeito nenhum. É impossível eu aprovar um centro de saúde da minha comunidade por OP. Isso é dever do Estado".
	Substituição do OP- Presencial	4	"Nossa Sra. tão querendo acabar. A primeira coisa que a liderança pensa é que vai acabar, que a prefeitura que veio aqui quer acabar com o Orçamento Participativo da comunidade que é uma coisa mais da comunidade".
	Atraso na execução das obras	3	"O tempo de obra. Porque demora muito. Antigamente era em torno de dois anos".
	Inclusão digital	3	"O OP-Digital é...tem que ter uma transformação, começando pelos colégios, trabalhando a questão da política social nas escolas, é...tem que ter, um....um envolvimento maior talvez, é... como posso dizer? É... a tecnologia na escola não é só isso, acho que tem que ser trabalhado a... informação, a tecnologia da comunicação, muito mais dentro desse aprendizado, que as pessoas possam dar um salto para a modernidade, é... e ao mesmo tempo, a modernidade, não digo que ela vai fazer parte dela, mas ela saber lidar com ela, é isso".
	Falta de dinheiro para realização de obras maiores	2	"Tipo tinha que ter mais dinheiro né? Esse orçamento de cinco milhões para cada regional. Não é compatível..."
	Falta de transparência	2	"Nós estamos precisando fazer isso, isso, isso. Então aí existe mais transparência. No digital está vindo pronto".
	Incerteza do sucesso	2	"E começou com a mesma luta, com a mesma desconfiança que o pessoal teve com a OP-Presencial, regional. E aí, foi indo criando e as obras com uma certa dificuldade em execução que também é pertinente as obras do OP-Presencial. Então o pessoal começou a ter dificuldade quanto ao pedir e tal".
Curto prazo de duração do processo	2	"Aqui não. Aqui nós podíamos votar 1 vez e mais nas outras regionais. Então o que faltou? O tempo não foi suficiente para que as regionais integrassem".	

Fonte: a autora, 2013.

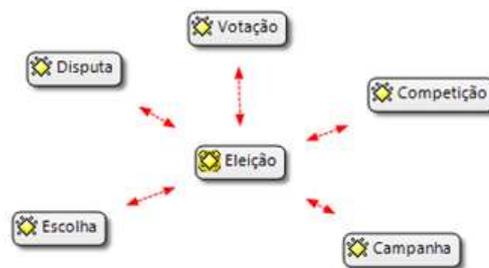
4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM MEMBROS DO GOVERNO

No governo foram encontradas 408 *quotations*, agrupadas em 37 códigos, que também foram agrupadas em 7 famílias e em outros achados, conforme o quadro 14.

4.3.1 Eleição - governo

A família eleição abrange as categorias votação, competição, campanha, escolha e disputa conforme figura 17 e quadro 13.

Figura 17: rede com a família eleição - governo



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 13: família eleição - governo

	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Eleição	Votação	45	"É um processo de votação".
	Competição	17	"Orçamento Participativo em si, são obras que as lideranças escolhem para melhoria da cidade, né, da vida deles, eu acho muito interessante o trabalho que eles fazem né? Que escolhem as obras deles com as lideranças com várias reuniões que eles fazem para escolher em si uma obra para ganhar para ser feito".
	Campanha	6	"E isso foi um dos grandes diferenciais também. A gente conseguiu fazer uma articulação boa pedindo voto para eles, fazendo a troca de votos mesmo".
	Escolha	5	"Cada um escolheu sua obra".
	Disputa	5	"O interessante da Regional Norte, ela, na verdade, estava em primeiro lugar até quase o último dia".

Fonte: a autora, 2013.

Quadro 14: códigos e famílias das entrevistas com os membros governo

Famílias	Categorias	N.º de citações
Eleição	Votação	45
	Competição	17
	Campanha	6
	Escolha	5
	Disputa	5
Exercício de cidadania	Integração do Governo com a sociedade	7
	Democracia	5
	Cidadania	5
	Forma de manifestação	1
Exercício de poder	Direcionado pela prefeitura	18
	Exercício de poder	8
Ferramenta	Nova tecnologia	19
	Nova modalidade	16
Participação-Inclusão	Alcançar o público que não participava antes	22
	Motivação para participar	14
	Amplia a visão	11
	Abranger obras que não são alcançadas pelo OP convencional	10
	Comunicação	8
	Acesso à informação	8
Participação-Engajamento	Grupos de interesse	40
	Mobilização	24
	Oportunidade	10
	Compromisso	10
	Inclusão	9
	Envolvimento	8
	Engajamento	5
	Diversão	5
	Prioridade	4
Participação-Emancipação	Participação	27
	Trabalho	25
	Força da população	2
Outros achados (desafios)	Substituição do OP-Presencial	3
	Inclusão digital	2
	Falta de interesse	1
	Falta de informação	1
	Atraso na execução das obras	1
	Fraude	1

Fonte: a autora, 2013.

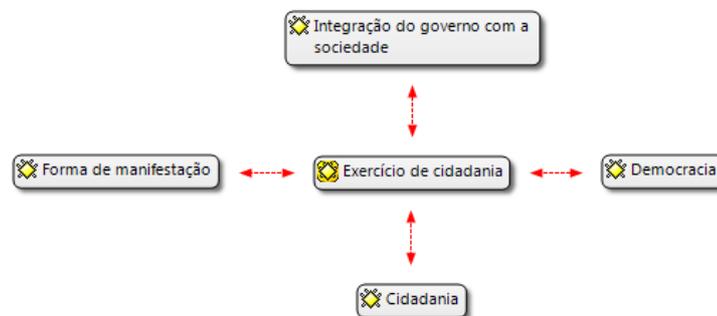
A família eleição para os membros do governo é semelhante à família eleição para os cidadãos. Novamente o OP-Digital aparece fortemente como um processo de votação, sendo o mais citado nas entrevistas (45 citações), seguido da necessidade de se competir e fazer uma campanha para ganharem a obra escolhida:

“Por isso que ele fez uma colocação muito grande. Porque se a gente hoje concorreria à vila por exemplo. Com 7.000 é... moradores. Se esses 7.000 moradores votarem e tivermos 7.000 votos, como você concorre com uma igreja que tem 20.000 fiéis?” (Entrevistado 11).

4.3.2 Exercício de cidadania - governo

A família exercício de cidadania abrange as categorias integração do governo com a sociedade, democracia, cidadania e forma de manifestação conforme figura 18 e quadro 15.

Figura 18: rede com a família exercício de cidadania - governo



Fonte: a autora, 2013.

Novamente o conceito de exercício de cidadania é reforçado, desta vez, pelos membros do governo:

“Lembro que eu fiquei muito bem impressionada porque na verdade eu sou funcionária da prefeitura de carreira, mas eu tenho pouca disponibilidade de participar de processos presenciais. Eu concidadã. Então, foi o modelo que me possibilitou opinar sobre o regimento, sobre uma questão relevante da cidade” (Entrevistada 6).

Quadro 15: família exercício de cidadania - governo

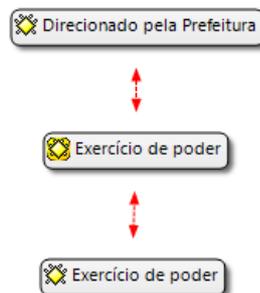
Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Exercício de cidadania	Integração do Governo com a sociedade	7	"Aqui na prefeitura a gente disponibilizava a fazer todos os contatos integrados com a comunidade".
	Democracia	5	"Eu acredito muito nesse processo, nessa forma democrática de escolha, do papel de cidadania que as pessoas passam a fazer".
	Cidadania	5	"Eu, assim sou uma pessoa que sou muito entusiasmada com o processo. Seja na minha regional, seja digital. Eu acredito muito nesse processo, nessa forma democrática de escolha, do papel de cidadania que as pessoas passam a fazer. Porque tem gente que fica na sua casa e não preocupa com o que a cidade está passando, o que seu vizinho está passando. Eu acho que esse é um meio de você ajudar, as pessoas enxergam ajudando uma a outro, e se sentem... principalmente quando elas ajudam a comunidade elas poxa também ajudei a mim então isso é muito legal".
	Forma de manifestação	1	"Então, eu acho que é uma forma de manifestação".

Fonte: a autora, 2013.

4.3.3 Exercício de poder - governo

A família exercício de poder abrangia as categorias direcionado pela prefeitura e exercício de poder conforme figura 19 e quadro 16.

Figura 19: rede com a família exercício de poder- governo



Fonte: a autora, 2013.

Esta família foi a que mais apresentou diferença do discurso dos membros do governo em relação aos discursos dos cidadãos, dividindo-se apenas em duas categorias, uma que enfatizava o fato de ser um processo direcionado pela prefeitura e outra com alguns vestígios sobre o exercício de poder.

Quadro 16: família exercício de poder - governo

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Exercício de poder	Direcionado pela prefeitura	18	"Bom, em 2006 foram obras, as indicações de obras a serem votadas pela internet. Elas são apresentadas pela prefeitura, cada regional faz um levantamento de demanda".
	Exercício de poder	2	"Conseguiram apoio de um deputado, no sentido de... para logística, para material. Vereador, dois vereadores".

Fonte: a autora, 2013.

4.3.4 Ferramenta - governo

A família ferramenta abrange as categorias nova tecnologia e nova modalidade conforme figura 20 e quadro 17.

Figura 20: rede com a família ferramenta - governo



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 17: família ferramenta - governo

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Ferramenta	Nova tecnologia	19	"O que é importante politicamente nessa discussão de usar novas tecnologias no governo de gestão".
	Nova modalidade	16	"Porque 2006 não tinha redes sociais. E em 2008 tinha muito timidamente. Em 2011 você tinha todas as redes, você tem o smartphone, você tem o telefone..."

Fonte: a autora, 2013.

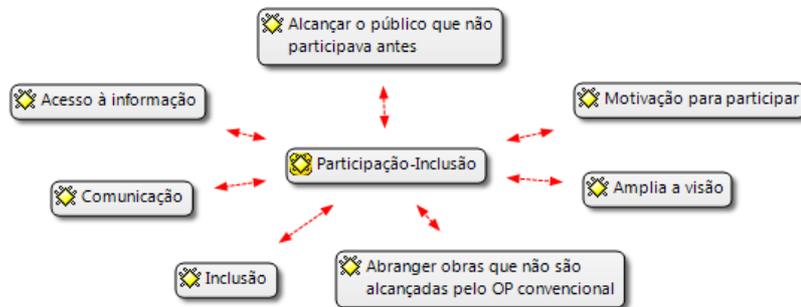
Novamente aparecem menções ao OPD como uma ferramenta que possibilita o aumento da participação popular.

“Começou-se pensar na internet como uma possibilidade de ampliar a participação” (Entrevistada 6).

4.3.5 Participação-Inclusão - governo

A família participação-inclusão abrange as categorias alcançar público que não participava antes, motivação para participar, amplia a visão, abranger obras que não são alcançadas pelo OP convencional, comunicação, inclusão e acesso à informação conforme figura 21 e quadro 18.

Figura 21: rede com a família participação-inclusão - governo



Fonte: a autora, 2013.

Na família participação-inclusão, os membros do governo enfatizaram o aumento da participação do público que não participava antes e o acesso à informação, que apareceu mais fortemente do que nas entrevistas com os cidadãos, visto que foram entrevistados apenas cinco membros do governo e foram citadas 22 vezes o aumento da participação do público que não participava antes e 14 vezes a motivação para participar:

“O que é importante politicamente nessa discussão de usar novas tecnologias no governo de gestão..., o objetivo era bem esse, ampliar a ação e buscar novos públicos” (Entrevistada 13).

4.3.6 Participação-Engajamento - governo

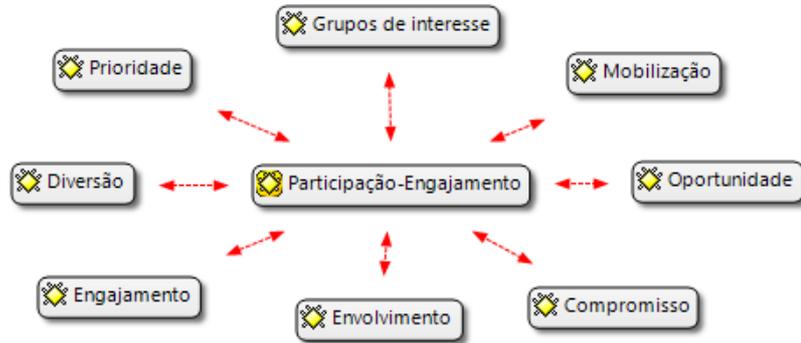
A família participação-engajamento abrange as categorias grupos de interesse, mobilização, oportunidade, compromisso, envolvimento, engajamento, diversão e prioridade conforme figura 22 e quadro 19.

Quadro 18: família participação-inclusão - governo

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Participação-Inclusão	Alcançar o público que não participava antes	22	"Bom, o digital. O Orçamento Participativo Digital foi uma modalidade que a prefeitura em 2006 lançou porque a gente tem uma dificuldade em outra regional de da presença da juventude e da classe média. Apesar de que aqui na região a gente tem uma participação".
	Motivação para participar	14	"Você tem pessoas convencendo outras pessoas de participar de um processo que é relevante, que é importante para aquela comunidade. Então, é o princípio da solidariedade, coletividade, que está colocado, que o OP-Digital pode proporcionar. Ele pode transformar alguém que não participa presencialmente, que vai ter um contato presencial, que alguém vai te abordar. Alguém que sensibiliza com o blog, te manda um e-mail, te pede: o, me ajuda..."
	Amplia a visão	11	"De repente não tem nenhuma obra que é perto de você, mas você como tem uma visão ampla, você acha que tem uma obra que seria benéfica para cidade. Essa que acabou de colocar seria uma delas. Então é isso. Então você entraria no... tem o acesso pela internet e votaria na obra escolhida, escolheria a obra que você acharia prioritária e votava".
	Abranger obras que não são alcançadas pelo OP convencional	10	"Eu acho que esse OP que a gente voltou lá na origem das obras mais territoriais, a gente pegou obras que não tinham passado no OP regional porque eram obras caras".
	Inclusão	9	"E a cidade colocou vários equipamentos de inclusão digital, que a gente tem, tem as escolas...todos os que foram envolvidos nesse processo são pessoas que já estão já nesse processo de participação".
	Comunicação	8	"Obviamente as obras que a gente escolhe são frutos de discussões amplas da cidade, que na verdade não tem só o OP. A gente tem vários lugares que as pessoas discutem. Nas conferências, nas comissões, nos conselhos e nas próprias regionais. Que a gente sabe que nas regionais as pessoas vão lá e demandam".
	Acesso à informação	8	"Essa oportunidade de cada vez mais as pessoas terem acesso a computador, à internet. A prefeitura tem programas de inclusão digital. Então isso é muito importante, cada vez mais ampliar".

Fonte: a autora, 2013.

Figura 22: rede com a família participação-engajamento - governo



Fonte: a autora, 2013.

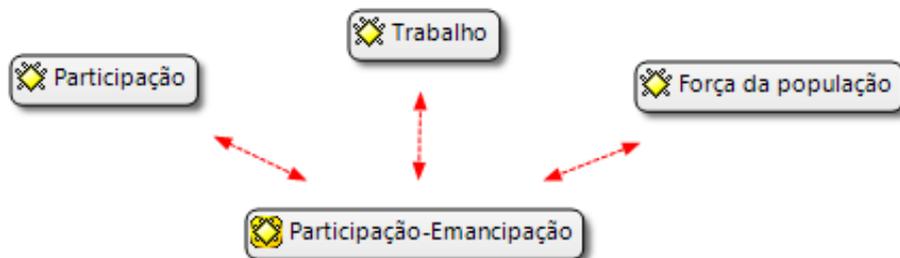
A família participação-engajamento para os membros do governo se referia à mobilização, ao compromisso, ao engajamento e ao envolvimento da população:

“Porque de uma certa forma, trabalho, como vocês viram aqui e com um público que já participa. E a cidade colocou vários equipamentos de inclusão digital, que a gente tem, tem as escolas. Todos os que foram envolvidos nesse processo são pessoas que já estão já nesse processo de participação” (Entrevistada 13).

4.3.7 Participação-Emancipação - governo

A família participação-emancipação abrange as categorias participação, trabalho e força da população conforme figura 23 e quadro 20.

Figura 23: rede com a família participação-emancipação governo



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 19: família participação-engajamento - governo

Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Participação-Engajamento	Grupos de interesse	40	"Quem participa é realmente quem vai usufruir do OP-Digital".
	Mobilização	24	"A mobilização que me chamou a atenção foi exatamente a mobilização do pessoal".
	Oportunidade	10	"Eles receberam a obra numa forma de gratidão muito grande de a gente ter conseguido incluí-la no processo, porque no OP-Regional é uma obra mais difícil de passar, pelo valor. E aí eles agarraram com unhas e dentes essa oportunidade. Eles já ficaram com cartaz, já ficaram com panfleto".
	Compromisso	10	"Que foi bacana demais para as duas regionais porque as duas regionais trabalharam juntas. Então havia esse compromisso, da gente votar, porque a gente incentiva as pessoas a votarem nas 9 regionais".
	Envolvimento	8	"E se sentem... principalmente quando elas ajudam a comunidade elas poxa também ajudei, então isso é muito legal. E aí, essa situação, eu achava assim, eu gostaria que as pessoas se envolvessem mais. Eu ainda acho assim, foi bacana, foi uma novidade, mas o servidor ele envolve pouco".
	Engajamento	5	"São pessoas super simples, pessoas da comunidade, as pessoas que pegaram a frente do processo, elas já são beneficiadas pela parte da via urbanizada lá em 91, 99, que a obra terminou em 99. Então elas poderiam simplesmente pensar, eu não, a minha parte está pronta, vou preocupar com isso? Vou preocupar? Agora o pessoal de cima ficou com...eles poderiam fazer isso. E foram exatamente essas pessoas que fizeram tudo é lá, na região".
	Diversão	5	"Acho assim, eu acho que se tiver as lideranças encabeçando e tal, e inserindo eles nesse processo para eles é uma novidade, então para eles ali é questão de... até para a gente, entre aspas, é brincadeira, é um hobby, é uma questão mais assim de momento. De repente eles até fazem isso, igual eu fiquei sabendo que ficavam uns 3 , 4, e uns 10 correndo atrás, e eles botavam e faziam aquele rodízio e tal. Era uma questão mais tipo uma gincana".
Prioridade	4	"... além de moradora da cidade, de votar nas obras que eu achava interessante é de fazer campanha no sentido é... da situação que eu achava prioritária".	

Fonte: a autora, 2013.

Na família participação-emancipação os membros do governo demonstraram novamente menos categorias em relação às entrevistas dos cidadãos, mas

novamente surgiram muitas referências ao fato de que as pessoas que realmente se engajam ao OPD já possuem um histórico de participação no OP Presencial:

“Porque de uma certa forma trabalho, como vocês viram aqui é com um público que já participa. E a cidade colocou vários equipamentos de inclusão digital, que a gente tem, tem as escolas...todos os que foram envolvidos nesse processo são pessoas que já estão já nesse processo de participação” (Entrevistada 13).

Quadro 20: família participação-emancipação - governo

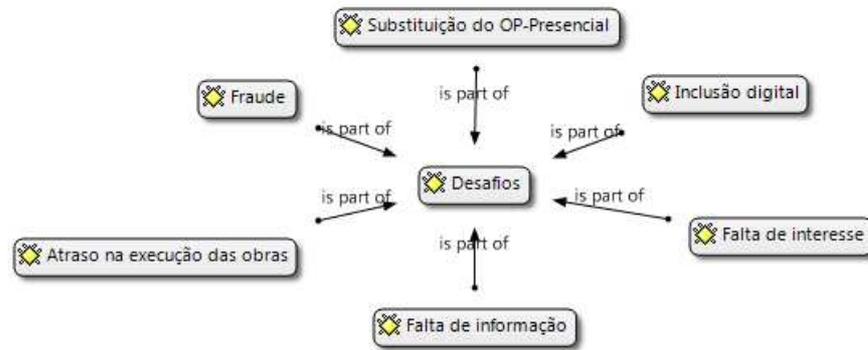
Família	Categorias	N.º de Citações	Exemplo
Participação-Emancipação	Participação	27	"... porque tem uma parte canalizada que foi do Orçamento Participativo de 96 e 97, regional presencial. Então aquela comunidade já tinha uma história de participação".
	Trabalho	25	"Que foi bacana demais para as duas regionais porque as duas regionais trabalharam juntas. Então havia esse compromisso, da gente votar, porque a gente incentiva as pessoas a votarem nas 9 regionais. Porque, por mais que a obra é regional a gente quer essa captação para a cidade".
	Força da população	2	"Eu fiquei encantada de ver como que as pessoas, essas pessoas, que é o casal e mais o Sr. Edson, que é outra pessoa que também trabalhou junto, ele também veio ficar lá, de pegar, de pegar a frente da coisa para o próximo. É tão difícil isso, de pensar no coletivo, né? Porque todo mundo é tão individualista e eles fizeram um belíssimo trabalho".

Fonte: a autora, 2013.

4.3.8 Outros achados - governo

Também para os membros do governo o processo em sua modalidade digital trouxe consigo vários desafios (figura 24, quadro 21). Assuntos relacionados à inclusão digital, à falta de interesse da população, ao atraso na execução das obras e a preocupação com as fraudes que aconteceram nas versões anteriores do processo voltaram a ser apontadas como desafios. Nesta seção apareceu também a relação do OP-Digital com um benefício para a comunidade como um todo.

Figura 24: rede com os desafios do OPD - governo



Fonte: a autora, 2013.

Quadro 21: desafios do OPD - governo

Família	Sub-categorias	N.º de Citações	Exemplo
Outros achados (Desafios)	Substituição do OP-Presencial	3	"Mas quando falaram a respeito dessa OP-Digital a gente como liderança, como bases, colocou aqui ficou preocupado. A gente teve uma visão que seria uma OP para substituir o popular. É aí que entra a gente como morador de vila e favela dos bairros mais afastados da zona sul, a gente ficou preocupado. Se nós hoje, uma das maneiras que a gente tem de chegar aquela obra é através da mobilização popular, se ele for para o digital a gente perde. Justamente por essas questões. E infelizmente nós não temos condições de estar 100% concorrendo com o pessoal que como eles tem um poder aquisitivo maior eles vão conseguir colocar os pontos, muito mais pontos de votação do que a gente. Então, foi realmente uma preocupação. Mas hoje a gente está vendo que já teve uma melhoria em relação a isso. Mas se tiver que fazer realmente uma escolha entre os dois OP's, o OP-Popular a gente fica com ele sim".
	Inclusão digital	2	"Porque teve gente que falou: "a, é muita informação".
	Falta de interesse	1	"Porque elas não enxergam que a obra é dentro ali da sua região".
	Falta de informação	1	"Para a gente aqui foi muito pouco divulgado, a gente trabalhou na divulgação para a liderança, mas aqui dentro mesmo foi muito pouco divulgado".
	Atraso na execução das obras	1	"Demora um pouco, mas com certeza elas saem".
	Fraude	1	"Isso tudo para evitar acessos indevidos, uso de ilícitos indevidos".

Fonte: a autora, 2013.

4.4 ANCORAGEM

As etapas de ancoragem-objetificação se sucedem e aparece um senso comum em relação à estabilização do conceito a algo comum e familiar (MOSCOVICI, 2001). A ancoragem é identificada nas falas dos entrevistados apenas no início das entrevistas, quando são questionados sobre sua primeira impressão ao ouvirem falar sobre o OP-Digital. Ao dar um sentido a este conceito do OP-Digital tanto os cidadãos como os membros do governo o apresentam como uma competição, campanha, disputa e uma escolha. Nas representações eles excluem, a princípio, o papel político do cidadão e trivializam o OP Digital mostrando-o como uma forma reduzida de votação.

A categorização e a integração são as duas fases que compõe a ancoragem. Emerge das entrevistas com os cidadãos e membros do governo a categorização, que é a tentativa de tornar familiar a partir de objetos conhecidos aquilo que é novo. Por meio da ancoragem é possível entender um objeto em função de outro ancorando o desconhecido no conhecido adquirindo suas características e tomando seus defeitos e qualidades igualmente.

4.4.1 Ancoragem - cidadão

A seguir, o quadro 22, foi montado com exemplos de fragmentos das falas (*quotations*) do cidadão. Na ancoragem, o cidadão não oferece informações sobre possibilidades deliberativas, apresentando o OP Digital apenas como uma competição, campanha, disputa e uma escolha. Nas representações o cidadão exclui o papel político do cidadão e trivializa o OP-Digital mostrando-o como uma forma reduzida de votação.

4.4.2 Ancoragem – governo

O quadro 23 foi montado com exemplos de fragmentos das falas (*quotations*) dos membros do governo. Na ancoragem, os cidadãos do governo também não oferecem informações sobre possibilidades deliberativas, apresentando o OP- Digital como uma votação, competição, campanha, disputa e uma escolha. Nas

representações eles excluem o papel político do cidadão e trivializam o OP-Digital mostrando-o de forma reduzida como uma votação.

Nota: *Número de quotations da análise

Quadro 22: ancoragem entrevistas cidadãos

Família	Texto	Quotations Exemplos	Descrição	Interpretação
Eleição	Ent_Cid_12	"...você vai escolher uma obra e vai votar no computador".	O cidadão tenta explicar o conceito de OPD nomeando-o como uma forma de votação, disputa, competição ou uma possibilidade de escolha.	Processo: Ancoragem Fase: Categorização - Votação (100)* - Competição (61)* - Campanha (35)* - Disputa (18)* - Escolha (3)*
	Ent_Cid_3	"No dia era para ter batido a casa de 50 mil votos facilmente".		
	Ent_Cid_12	"Foi até do Pimenta, do Pimentel que era o prefeito na época que lançou essa proposta de fazer essa OP Digital".		
	Ent_Cid_5	"Foi uma luta interna da comunidade".		
	Ent_Cid_7	"Eles fizeram a votação para nós do bairro".		
	Ent_Cid_3	"Naquele momento o OP já estava transcorrendo né, já havia aberto a votação".		
	Ent_Cid_11	"Você podia escolher mais 8 obras para votar. Uma obra da regional e mais uma obra em cada sub-distrito".		
Ent_Cid_4	"Divulgando para a comunidade, a importância da obra né? Pedindo às pessoas para votar nessa obra, que seria interessante para a comunidade".			

Fonte: a autora, 2013.

Quadro 23: ancoragem entrevistas governo

Família	Texto	Quotations Exemplos	Descrição	Interpretação
Eleição	Ent_Gov_11	"Porque tinha o voto da cidade inteira. E isso foi um dos grandes diferencial também. A gente conseguiu fazer uma articulação boa pedindo voto para eles, fazendo a troca de votos mesmo".	Os membros do governo tentam explicar o conceito de OPD nomeando-o como uma campanha, uma competição ou até mesmo uma possibilidade de escolha.	Processo: Ancoragem Fase: Categorização - Votação (45)* - Competição (17)* - Campanha (6)* - Disputa (5)* - Escolha (5)*
	Ent_Gov_2	"Eu votei e pedi e pedi a reclassificação do viaduto...uma pena que não ganhou, né?".		
	Ent_Gov_11	"As regionais, as outras regionais votavam na gente e a gente votava na obra deles e assim nós conseguimos com esses 3 para 4 dias realmente fazer essa virada aí. Foi histórico, né? "		
	Ent_Gov_11	"Porque se a gente hoje concorreríamos a vila por exemplo. Com 7.000 é... moradores. Se esses 7.000 moradores votarem e tivermos 7.000 votos, como você concorre com uma igreja que tem 20.000 fiéis?".		
	Ent_Gov_2	"Explicaria que é um processo de votação de uma obra que eles escolheram né? No bairro deles ou mais próximo, né? E que é um processo de votação".		
	Ent_Gov_12	"Bom, em 2006 foram obras, as indicações de obras votadas pela internet. Elas são apresentadas pela prefeitura, cada regional faz um levantamento de demanda".		

Fonte: a autora, 2013.

4.5 OBJETIFICAÇÃO

A objetificação, por sua vez, produz um vocabulário e um reservatório de imagens, ou seja, o conceito como objeto que possivelmente servirão como uma referência para os membros do grupo que selecionarão e escolherão características deste objeto que o distinguirão dos outros. A seleção, a esquematização e a naturalização são as três etapas da objetificação na TRS, e a seleção foi a etapa identificada a partir do conteúdo das entrevistas realizadas.

Assim, para os cidadãos, a ênfase da seleção de elementos do OP Digital é no sentido de evidenciar o meio eletrônico, deixando em evidência o digital. A participação de acordo com cada grupo de interesse é enfática nos discursos dos entrevistados, assim como a mobilização mediada pelas novas ferramentas tecnológicas. Aparecem também menções ao acesso à informação e ao exercício de poder, por ser um processo direcionado pela prefeitura.

Nas entrevistas com os membros do governo, a ênfase da seleção de elementos do OP-Digital também é no sentido de evidenciar o meio eletrônico, deixando em evidência o digital. A participação de acordo com cada grupo de interesse novamente ganha destaque nos discursos dos entrevistados, assim como a mobilização mediada pelas novas ferramentas tecnológicas, enfatizando também que o OPD permite que um público que não participava antes passe a participar dos processos decisórios.

4.5.1 Objetificação – cidadão

O quadro 24, montado com exemplos de fragmentos das falas (*quotations*) dos cidadãos, mostra que a ênfase da seleção de elementos do OP Digital é no sentido de evidenciar o meio eletrônico, deixando em evidência o digital. A participação de acordo com cada grupo de interesse é enfática nos discursos dos entrevistados, assim como a mobilização mediada pelas novas ferramentas tecnológicas. Aparecem também menções ao acesso à informação e ao exercício de poder por ser um processo direcionado pela prefeitura.

4.5.2 Objetificação – governo

Para os membros do governo, conforme o quadro 25, a ênfase da seleção de elementos do OP Digital é no sentido de evidenciar o meio eletrônico, deixando em evidência o digital. A participação de acordo com cada grupo de interesse é enfática nos discursos dos entrevistados, assim como a mobilização mediada pelas novas ferramentas tecnológicas que permitem que um público que não participava antes passe a participar das decisões do orçamento público da cidade.

Quadro 24: objetificação entrevistas cidadão

Familia	Texto	Quotations Exemplos	Descrição	Interpretação
Exercício de cidadania	Ent_Cid_3	"...nós como vem ao caso, um amigo e hoje até deputado me procurou falando da questão do OP Digital, naquela época ele era vereador e falando o que era o OP e da importância e eu pensei e falei pô isso é realmente importante porque uma demonstração da cidadania e se você for ver o utilizar da cidadania que compete a todo o cidadão".	O cidadão seleciona elementos para representar o OPD referindo-se ao exercício de cidadania e de democracia.	Processo: Objetificação Fase: Seleção - Integração do governo com a sociedade (5)* - Cidadania (4)* - Democracia (2)*
	Ent_Cid_14	"...eu conversei com ele, olha senhor, estou precisando do seu voto porque nós temos a OP Digital, ele falou, olha rapaz, eu não voto mais não, porque eu sou idoso, eu já aposentei, eu sou idoso, eu não voto mais não. Eu falei, olha rapaz, você come, você bebe, você tem sentimento e você passa na rua e você passa na rua lá, rapaz, você trata jeito, toma vergonha e vai... e vota...eu falei, não estou pedindo pra mim, não. Eu estou pedindo é para todos".		
	Ent_Cid_3	"Nós conseguimos passar o primeiro lugar e no final nós completamos com 21 mil votos, quase 22 mil votos e o segundo ficou com 19 mil votos, então foi um trabalho assim, é fantástico de cidadania".		
	Ent_Cid_1	"É...a integração mesmo do governo com a sociedade, o...a comunicação fica mais estreita".		
Exercício de poder	Ent_Cid_1	"Na realidade foi uma coisa direta, uma procura direta dos organizadores né? Da prefeitura, que já, é... direcionaram né? Já, já direcionaram o processo".	O cidadão seleciona elementos para representar o OPD como um processo direcionado pela prefeitura, como um instrumento para o exercício do poder que permite também que ele mostre que está trabalhando.	Processo: Objetificação Fase: Seleção - Exercício de poder (23)* - Direcionado pela prefeitura (21)* - Transferência de responsabilidade (6)* - Governo mostra que está trabalhando (2)* - Vantagem política (1)*
	Ent_Cid_14	"Mas aí o pessoal começou a campanha muito forte, uma mobilização. Aí os políticos, os vereadores principalmente perceberam que aquilo era uma ação de agregar pessoas em torno dele, eles começaram a colocar a disposição das comunidades ou em volta da obra, né. De repente a obra que ficou distrital era uma área de abrangente que ele tinha um... vou usar a palavra mais comum, curral de voto mesmo".		
	Ent_Cid_4	"O benefício pro governo é muito mais do que pra outro lugar, porque ele divulga né? Pelo menos se ele tiver politicamente ele divulga que tá trabalhando né? Divulga que ele tá trabalhando e... divulga, mostra, põem a cara na rua né? E fala assim "olha eu to trabalhando".		
Ferramenta	Ent_Cid_16	"Porque é uma ferramenta que você tem dentro de casa que ninguém tira...para ser sincero ele trouxe uma nova dinâmica".	O cidadão seleciona elementos para representar o OPD referindo-se a uma ferramenta dinâmica, que facilita a participação de forma ágil e democrática dentro de uma nova fase tecnológica que permite que mais pessoas sejam alcançadas e participem mais.	Processo: Objetificação Fase: Seleção - Nova fase tecnológica (23)* - Ferramenta (8)* - Facilitador (7)* - Modernidade (4)* - Dinâmico (3)* - Ferramenta democrática (2)* - Transparência (1)*
	Ent_Cid_1	"É a facilidade, a comodidade, que a pessoa poderia estar acessando a internet em casa, é vendo as informações todas, foi uma decisão...é uma questão de tempo né? Em casa a pessoa naturalmente tem esse tempo disponível".		
	Ent_Cid_17	"Tem que explicar só que o voto esse ano vai ser via computador. Você vai escolher uma obra e vai votar no computador. Você vai ter que colocar o número do seu título".		

Participação-Inclusão	Ent_Cid_8	"Mas iria abrir essa nova frente exatamente para poder facilitar para as pessoas que querem participar, mas não tem aquela disponibilidade de ir nas reuniões, esse negócio todo".	O cidadão seleciona elementos para representar o OPD, referindo-se ao uso da internet para aumentar a participação, incluindo obras de maior valor no processo, alcançando o público que não participava antes, ampliando a visão das pessoas em relação às necessidades de Belo Horizonte.	<p>Processo: Objetificação Fase: Seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alcançar público que não participava (18)* - Comunicação (12)* - Amplia a visão(12)* - Abrange obras de maior valor (6)* - Decisão (2)* - Inserção (2)*
	Ent_Cid_10	"E outra coisa importante que teve na comunidade foi a participação dos jovens menores de 20 anos. Eles participaram e muito".		
	Ent_Cid_17	"Ele abriu para a participação de muito mais gente. Ele abriu, deu abertura. É isso que eu falei para você...mas que tem que ampliar isso aí, porque é muito melhor a votação digital ela proporciona um maior nível de participação do que a presencial".		
	Ent_Cid_5	"A gente já sabia que o OP-Digital tava já incluído para ser uma ferramenta democrática né? Dentro da uma eleição com finalidade de trabalhar a recuperação de bolsões dentro de Belo Horizonte. Eu acho que o OP-Digital é uma ferramenta tecnologicamente moderna para que a participação alcance a todos a perspectiva é muito positiva".		
	Ent_Cid_4	"A primeira coisa que a gente pensou no começo, que o digital veio pra acabar com o outro, mas não é não, é o contrário, eu acho que o outro ganha mais força, no digital, o Orçamento Participativo Digital ele tem muita força, pois toda comunidade tá tendo muita necessidade".		
	Ent_Cid_5	"Hoje é a internet, é a comunicação, a tecnologia da informação é que vai levar com que as pessoas se insiram mais".		
Participação-Engajamento	Ent_Cid_15	"Já que a digital está usando a internet, vamos usar as ferramentas que tem na internet, vamos usar o blog, o facebook...e eu completei com a ação, o trabalho de mensagens, eu disparei mil mensagens, nos celulares, SMS".	O cidadão seleciona elementos para representar o OPD, referindo-se ao uso da internet para promover maior acesso à informação, à colaboração, aumentando a comunicação e o engajamento de acordo com cada grupo de interesse.	<p>Processo: Objetificação Fase: Seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupos de interesse (49)* - Mobilização (48)* - Acesso à informação (21)* - Força da população (14)* - Engajamento (12)* - Sensibilização (1)*
	Ent_Cid_18	"Tem que trabalhar quase que dia e noite para poder né... você tem que querer. Eu vou ganhar. Agora se você começa a não ter o interesse de ganhar... o caminho é esse, bastou você estar interessado em ajudar aquela obra ali".		
	Ent_Cid_16	"Eu já comecei a chamar o povo de fora que pedia voto chamando pra vim votar, pode vir votar aqui em casa aqui".		
	Ent_Cid_10	"Se não tivesse esse tipo de mobilização principalmente na OP Digital, as pessoas mesmo em casa, hoje tendo acesso, todo mundo tem acesso à internet eles não se preocupam em ir lá e votar. Então a gente tem que ir".		
	Ent_Cid_16	"A, então eu posso pedir autorização da prefeitura para cadastrar o meu computador em casa e a regional? Pode. Ele pediu a autorização, cadastrou o nosso computador lá na regional norte, para ter um ponto de votação e trouxe que é com banner, ponto de votação, aqui tem um ponto de votação".		
	Ent_Cid_18	"Sim, a gente cadastrava também, o nosso computador podia cadastrar e podia fazer 50".		
	Ent_Cid_3	"Olha só eu vou me engajar nessa campanha e vou mobilizar a população".		
Ent_Cid_17	"Então, tem que ter uma forma da tecnologia, a digitação, o voto digital, dele ir até aquelas pessoas que podem votar. Lá em Betim nós fizemos assim. Não tinha ninguém votando para você. Você tinha que sentar e votar. Sabe, as pessoas foram, teve a presença delas. Sentou e votou. Os que tinham dificuldade votavam errado, ela tornava a sentar e tornava votar. E o povo que ficava fora ia acompanhando na internet. E ia dando uma atualização. O povo já notava que estava perdendo e batia palma. E nós ficamos mais de uma semana votando e o povo ali acompanhava. Nós estamos perdendo, não deixa não. Levaram outdoor, colocaram um outdoor na obra. O povo colocou o outdoor da obra na rua. Disputa, abriu o processo. O digital faz abrir o processo. É mais aproveitável".			

Participação- Emancipação	Ent_Cid_16	"E automaticamente assim, ficou uma situação de eu ter que educar. Eu desse jeito, igual ao que eu estou aqui te falando com toda a educação. Eu tive que educar muitas pessoas. Eu falei, gente, tem o dinheiro, o dinheiro está aí, o governo disponibilizou, a prefeitura disponibilizou, é para quem quer. Nós queremos. Se a gente não quiser o outro quer".	O cidadão seleciona elementos para representar o OPD, referindo-se ao uso da internet e do computador para promover maior aprendizado, conscientização, educação para participar, aumentando a força da população, sua participação e trabalho.	Processo: Objetificação Fase: Seleção - Participação (43)* - Trabalho (31)* - Educação (4)*
	Ent_Cid_9	"Mas então o interessante do OP é esse é que no final mesmo ninguém perde. Ninguém perde. Você coloca em exposição alguns pontos que o próprio poder público, ele desconhece. A comunidade ela põe, ela expõe isso para o poder público".		
	Ent_Cid_5	"Quando terminou o horário, pessoal me ligou, "perdimos", não é possível, nós trabalhamos tanto, mas a segunda frase boa foi: ainda né? Estamos unidos, e eu acho que o trabalho deles não, mas, ainda não morreu, então estamos continuando, a Lagoinha ainda tem condições de continuar trabalhando, OP Digital foi fase, não significa que acabou".		
	Ent_Cid_3	"Nós podemos e eu falo, até o depois o...presidente Obama falou é "yes, é we can", sim nós podemos e isso demonstrou que nós podemos, a população unida pode trabalhar em conjunto para obter um sucesso maior da sociedade".		
	Ent_Cid_7	"E aí todo ano eu participo com maior entusiasmo nisso aí. Inclusive eu estou com uma obra já no bairro. Estou contando com ela".		

Fonte: a autora, 2013.

Quadro 25: objetificação entrevistas governo

Familia	Texto	Quotations Exemplos	Descrição	Interpretação
Exercício de cidadania	Ent_Gov_1	"Eu, assim sou uma pessoa que sou muito entusiasmada com o processo. Seja na minha regional, seja digital. Eu acredito muito nesse processo, nessa forma democrática de escolha, do papel de cidadania que as pessoas passam a fazer. Porque tem gente que fica na sua casa e não preocupa com o que a cidade está passando, o que seu vizinho está passando. Eu acho que esse é um meio de você ajudar, as pessoas enxergam ajudando uma a outra, e se sentem... principalmente quando elas ajudam a comunidade elas poxa também ajudei, então isso é muito legal".	Os membros do governo selecionam elementos para explicar o conceito de OPD referindo-se a uma forma de demonstração de cidadania, de democracia, como uma forma de manifestação e de integração do governo com a sociedade.	Processo: Objetificação Fase: Seleção - Integração do governo com a sociedade (7)* - Cidadania (5)* - Democracia (5)* - Forma de manifestação (1)*
	Ent_Gov_6	"Lembro que eu fiquei muito bem impressionada porque na verdade eu sou funcionária da prefeitura de carreira, mas eu tenho pouca disponibilidade de participar de processos presenciais. Eu concidadã. Então, foi o modelo que me possibilitou opinar sobre o regimento, sobre uma questão relevante da cidade".		
Ferramenta	Ent_Gov_6	"Em 2006 foi lançada essa nova modalidade que dava oportunidade de ter um acesso pela internet e pensava com isso nessa juventude que a cada dia mais voltada para essa questão da tecnologia. Hoje um menino de 3 anos mexe no computador".	Os membros do governo selecionam elementos para explicar o conceito de OPD referindo-se a uma ferramenta, uma nova modalidade e uma nova tecnologia.	Processo: Objetificação Fase: Seleção - Nova tecnologia (19) - Nova modalidade (16)
	Ent_Gov_12	"Bom, em 2006 foram obras, as indicações de obras votadas pela internet. Elas são apresentadas pela prefeitura, cada regional faz um levantamento de demanda".		
	Ent_Gov_13	"Quem participa é realmente quem vai usufruir do OP Digital. O objetivo da prefeitura era esse. Além de que existisse alguma coisa que... enfim. O que é importante politicamente nessa discussão de usar novas tecnologias no governo de gestão...o objetivo era bem esse, ampliar a ação e buscar novos públicos".		

Participação- Inclusão	Ent_Gov_6	"Então, começou-se pensar na internet como uma possibilidade de ampliar a participação e oferecer a outros públicos, aos que já participavam e a outros públicos uma possibilidade também de interferir um recurso com outro recurso destinado para um outro modelo de orçamento participativo".	Os membros do governo selecionam elementos para representar o OPD, referindo-se ao uso da internet para alcançar o público que não participava antes, para abranger obras que não eram alcançadas pelo OP Presencial, para ampliar a visão dos cidadãos em relação às necessidades de cada regional, inclusão digital, de mobilização, compromisso e de motivação para participar.	<p>Processo: Objetificação Fase: Seleção</p> <p>-</p> <p>Alcançar público que não participava antes (22)* - Motivação para participar (14)* - Amplia a visão (11)* - Abranger obras que não são alcançadas pelo OP Presencial (10)* - Comunicação (8)* - Acesso à informação (8)*</p>
	Ent_Gov_6	"Lembro que eu fiquei muito bem impressionada porque na verdade eu sou funcionária da prefeitura de carreira, mas eu tenho pouca disponibilidade de participar de processos presenciais. Eu concidadã. Então, foi o modelo que me possibilitou opinar sobre o regimento, sobre uma questão relevante da cidade".		
	Ent_Gov_6	"O pessoal começou a pensar em como que poderia ele agregar novos públicos ao orçamento participativo presencial, que tradicionalmente não frequentam esse modelo de participação".		
	Ent_Gov_12	"Daí em 2006 foi lançada essa nova modalidade que dava oportunidade de ter um acesso pela internet e pensava com isso nessa juventude que a cada dia mais voltada para essa questão da tecnologia".		
	Ent_Gov_12	"Eu acho que uma das questões que foi bacana, assim, de 2006 para cá é essa oportunidade de cada vez mais as pessoas terem acesso a computador, à internet. A prefeitura tem programas de inclusão digital. Então isso é muito importante, cada vez mais ampliar...lógico que a gente tem...não é todo mundo que tem, mas a maioria hoje tem um computador em casa, mas a gente tem uma parte que ainda não tem esse privilégio de um computador. Mas a gente tem os equipamentos que foram disponibilizados nos locais públicos".		
	Ent_Gov_6	"Então, é o princípio da solidariedade, coletividade, que está colocado, que o OP Digital pode proporcionar. Ele pode transformar alguém que não participa presencialmente, que vai ter um contato presencial, que alguém vai te abordar. Alguém que sensibiliza com o blog, te manda um e-mail, te pede: ó me ajuda... eu acho que isso é um processo que você também consegue apresentar para a cidade um olhar daquela comunidade para os problemas que ela tem dentro de uma cidade do tamanho de BH".		
Participação- Engajamento	Ent_Gov_11	"Acho assim, eu acho que se tiver as lideranças encabeçando e tal, e inserindo eles nesse processo para eles é uma novidade, então para eles ali é questão de... até para a gente, entre aspas, é brincadeira, é um hobby, é uma questão mais assim de momento. De repente eles até fazem isso, igual eu fiquei sabendo que ficavam uns 3, 4 e uns 10 correndo atrás, e eles botavam e faziam aquele rodízio e tal. Era uma questão mais tipo uma gincana".	Os membros do governo selecionam elementos para representar o OPD, referindo-se ao uso da internet para promover o engajamento e o maior envolvimento dos cidadãos de acordo com seus grupos de interesse existentes.	<p>Processo: Objetificação Fase: Seleção</p> <p>-Grupos de interesse (40)* -Mobilização (24)* -Oportunidade (10)* -Compromisso (10)* -Inclusão (9)* -Envolvimento (8)* -Diversão (5)* -Engajamento (5)* - Prioridade (4)*</p>
	Ent_Gov_11	"Nesse período, meia noite, uma hora, você encontrava o Bira na frente do computador. E o pior que já estava dormindo".		
	Ent_Gov_12	"Agora o pessoal de cima ficou com eles poderiam fazer isso. E foram exatamente essas pessoas que fizeram todo né lá, na região. E aí eles começaram o processo. Primeiro fizeram porta a porta para poder escutar isso deles. Fizeram um ponto de votação na casa deles, que são o casal que ficou à frente dessa mobilização. Eles conseguiram apoio de outras lideranças. Teve um morador que criou um blog. Eles fizeram twitter, facebook. Eu fiquei surpreendida. Fora, o trabalho de carro de som que eles contrataram. Faixas, cartazes, panfletos que eles distribuíram demais. E era um trabalho de todo o dia".		
	Ent_Gov_12	"A gente chamou o pessoal da Basílio da Gama e eles deram esse depoimento, da forma como eles trabalharam. E interessou muito, porque hoje em dia qualquer um tem o facebook, né. Twitter eu não sei como é que mexe, mas facebook todos tem. A internet hoje está mais fácil. Eu acho que uma das questões que foi bacana, assim, de 2006 para cá é essa oportunidade de cada vez mais as pessoas terem acesso a computador, à internet".		

Participação- Emancipação	Ent_Gov_12	"Então eu achei, primeiro, eu fiquei encantada de ver como que as pessoas, essas pessoas, que é um casal e mais um Sr. que é outra pessoa que também trabalhou junto, ele também veio ficar lá, de pegar, de pegar a frente da coisa para o próximo".	Os membros do governo selecionam elementos para representar o OPD, referindo-se ao uso da internet para promover a conscientização das pessoas a participarem e trabalharem mais ativamente dos processos de decisão.	Processo: Objetificação Fase: Seleção -Participação (27)* - Trabalho (25)* -Força da população (2)*
	Ent_Gov_1	"Eu, assim sou uma pessoa que sou muito entusiasmada com o processo. Seja na minha regional, seja digital. Eu acredito muito nesse processo, nessa forma democrática de escolha, do papel de cidadania que as pessoas passam a fazer. Porque tem gente que fica na sua casa e não preocupa com o que a cidade está passando, o que seu vizinho está passando. Eu acho que esse é um meio de você ajudar, as pessoas enxergam ajudando uma a outro, e se sentem... principalmente quando elas ajudam a comunidade elas poxa também ajudei, então isso é muito legal".		
	Ent_Gov_13	"Porque de uma certa forma o trabalho como vocês viram aqui é com um público que já participa. E a cidade colocou vários equipamentos de inclusão digital, que a gente tem, tem as escolas. Todos os que foram envolvidos nesse processo são pessoas que já estão já nesse processo de participação".		

Fonte: a autora, 2013.

4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Moscovici (2001) os indivíduos e coletividades realizam suas ações em função das representações dos objetos sociais, assim, uma representação social é um produto da interação da ancoragem e da objetificação. Neste trabalho, o nome que os entrevistados fixam ao novo objeto ao mesmo tempo em que o ancoram no processo do Orçamento Participativo, denotam a evidência da característica digital, representada até mesmo em sua nomenclatura OP-Digital.

A forma de e-democracia que envolve o OPD de BH pode ser tipificada como e-democracia consultiva, focada na comunicação entre o Estado e os cidadãos (AINSWORTH, HARDY; HARLEY, 2005), e isso tem implicações em dar sentido à participação, à forma em que o poder é articulado e até mesmo em como ocorre a resistência a esse poder. O processo começa a demonstrar o potencial de ser um processo deliberativo no qual os cidadãos interessados passam a interagir para decidir, conforme a proposta governamental. A informação governamental é compartilhada com os cidadãos por meio do site e de emails. O site também é o meio escolhido para o governo distribuir seus folders eletrônicos.

A partir da análise dos dados, na ancoragem, tanto os cidadãos quanto os membros do governo em um primeiro momento trivializam o OPD, ancorando-o nas características dos objetos conhecidos, como votação, competição e campanha. Porém, a objetificação se torna forte e passam a ser discutidas as possibilidades de ampliação da participação na discussão pública, a corresponsabilidade do cidadão na tomada de decisão pública e melhor governança com melhores decisões, além do uso das tecnologias no estabelecimento do Orçamento Público, em comparação com os processos já estabelecidos.

Os quadros 26 e 27 expõem as categorias, famílias e fases da TRS mais citadas, por número de citações, nos discursos dos cidadãos e do governo. Pode-se perceber que o OPD mais aparece em ambas as unidades de análise como uma votação. O grupo dos cidadãos reforça este conceito também ao mencionar várias vezes os termos competição e campanha que também foram classificados dentro da mesma família. Depois de ancorarem o processo do OPD na votação, os cidadãos objetificam o processo na participação, em aspectos de engajamento, em aspectos que foram considerados como emancipação que abrangem as categorias grupos de interesse (reunindo pessoas com interesses comuns), mobilização, acesso à

informação, participação e trabalho. Por fim, as outras categorias citadas nas entrevistas são o exercício de poder (as pessoas reconhecem que há exercício de poder desigual por parte da prefeitura) e ferramenta.

Quadro 26: número de citações das categorias dos cidadãos

Categorias	N.º de Citações	Família	Fase
Votação	100	Eleição	Ancoragem
Competição	61	Eleição	Ancoragem
Grupos de interesse	49	Participação-engajamento	Objetificação
Mobilização	48	Participação-engajamento	Objetificação
Participação	43	Participação-emancipação	Objetificação
Campanha	35	Eleição	Ancoragem
Trabalho	31	Participação-emancipação	Objetificação
Exercício de poder	23	Exercício de poder	Objetificação
Nova tecnologia	23	Ferramenta	Objetificação
Direcionado pela Prefeitura	21	Exercício de poder	Objetificação
Acesso à informação	21	Participação-engajamento	Objetificação

Fonte: a autora, 2013.

Nos discursos do grupo dos membros do governo, a participação-engajamento também aparece após a ancoragem na votação e, como nas entrevistas com os cidadãos, a citação da participação-emancipação.

Um fator interessante é que o exercício de poder não aparece fortemente nas entrevistas com membros do governo e sim a participação-inclusão, reforçando o motivo pelo qual o OPD foi desenvolvido por eles, para aumentar a participação da população nas decisões governamentais. Por fim, repete-se a família ferramenta.

Quadro 27: número de citações das categorias dos membros do governo

Categorias	N.º de Citações	Família	Fase
Votação	45	Eleição	Ancoragem
Grupos de interesse	40	Participação-engajamento	Objetificação
Participação	27	Participação-emancipação	Objetificação
Trabalho	25	Participação-emancipação	Objetificação
Mobilização	24	Participação-engajamento	Objetificação
Alcançar público que não participava antes	22	Participação-inclusão	Objetificação
Nova tecnologia	19	Ferramenta	Objetificação

Fonte: a autora, 2013.

Portanto, os resultados dessa pesquisa confirmam também as preposições dos autores Ainsworth, Hardy e Harley (2005) de que a internet pode sim estender a esfera pública e atuar como força democrática, permitindo uma comunicação mais interativa e engajamento cívico visto que a maior participação assegura que as opiniões dos cidadãos sejam incorporadas às políticas públicas. Além disso, a internet tem potencial para quebrar as estruturas de poder convencionais ao democratizar o acesso à informação, além de permitir a desinstitucionalização ao possibilitar que cidadãos se manifestem livremente como indivíduos ou grupos independentes da força e dos parâmetros do capital (PINHO, 2011).

Esta pesquisa apresenta um paradoxo à pesquisa das autoras Cunha, Coelho e Pozzebon (2013) que também utilizaram a Teoria das Representações Sociais na análise de textos sobre o OP-Digital de Belo Horizonte, 60 produzidos pela imprensa e 41 assinados por órgãos públicos ou representantes do governo. As autoras encontraram que o OPD foi ancorado principalmente em uma votação, e foi trivializado e reificado como um pleito eletrônico. Nestes textos, foi reduzido o espaço dedicado aos limites e potencialidades do OP-Digital, os textos são fortemente informativos perdendo o potencial transformativo de uso de uma plataforma de *empowerment* do cidadão na sua relação com o governo, uma vez que formas emancipatórias de uso das TIC necessitam que as pessoas sejam desenvolvidas e envolvidas em um processo ativo sendo reconhecidas como atores no debate político.

Para as autoras, à medida que a e-democracia é igualada à e-votação, aqueles que querem utilizar a TIC na melhoria dos processos democráticos perdem o interesse, pois apresentar o OP-Digital como uma eleição ou votação carrega o novo objeto de uma carga simbólica que é particular à democracia do Brasil: o descrédito nas instituições e no poder de mudança dos processos eleitorais, além de definirem um discurso em que o cidadão não tem um papel ativo. Elas ainda concluem que é perceptível uma pequena falha dos atores do governo que parecem concentrar sua preocupação mais na distribuição dessas informações do que na própria promoção da interação dos atores sociais com o uso da TIC. Seus resultados mostram também que não há evidências de uma construção coletiva com os meios eletrônicos e sim de uma consulta à sociedade pelo governo que pode até mesmo aumentar seu poder com os resultados do processo de Orçamento da cidade por meio da “consulta” à população.

Porém, nesta pesquisa ao conversar com os cidadãos, apareceram resultados diferentes, uma vez que as representações sociais surgem da interação de grupos e que nesta análise foram realizadas entrevistas com principais atores do OP-Digital. Percebe-se que existe sim potencial nas TIC de ampliar a participação no orçamento público ao incluir, dando acesso à informação aos usuários, ao engajar, permitindo a interação entre as organizações e ao emancipar, possibilitando que as pessoas exercitem livremente suas possibilidades de escolha individual. Ou seja, esta nova ferramenta tecnológica permitiu para este grupo a ampliação da sua participação democrática, conforme o quadro 28 abaixo.

Quadro 28: famílias participação

Família	N.º de citações	
	Cidadãos	Membros do Governo
Participação-inclusão	52	82
Participação-engajamento	145	106
Participação-emancipação	78	54

Fonte: autora, 2013

Em relação à diminuição de participação no OPD no decorrer dos anos, talvez algumas respostas possam ser encontradas na família “desafios do OPD”. Um dos motivos mais citados, que foi a falta de interesse da população de Belo Horizonte em participar, confirma as pesquisas já realizadas por Lee, Loutas, Sánchez-Nielsen, Mogulkoc e Lacigova (2011) que afirmam que um dos motivos pelos quais as pessoas não participam dos processos de e-participação consiste na falta de interesse em política e em políticos e na incerteza de que os governos levarão a sério as ideias do cidadão. Os entrevistados demonstraram também muita preocupação em relação ao Orçamento Participativo Digital substituir o Orçamento Participativo presencial. Junto com este fator surge a preocupação com a inclusão digital em que os entrevistados que tem menor poder aquisitivo veem a modalidade digital como uma ameaça onde os mais ricos, que possuem mais acesso às tecnologias, poderiam levar vantagem no processo.

Além disso, devido a fraudes que aconteceram na modalidade de 2008, em que descobriram que tinham sido apurados muitos votos de pessoas que já haviam falecido, foi elaborada uma forma mais segura para participar do processo de

votação juntamente com o Tribunal Regional Eleitoral, exigindo além do número do título de eleitor o número do CPF e outras informações pessoais que deviam ser fornecidas na hora da votação, como por exemplo, cadastrar e fornecer um email para poder votar, fator que desanimou as pessoas ao acharem o processo complexo demais. A falta de perspectiva para a conclusão das obras aprovadas em 2008 e 2011 e o fracasso de uma obra eleita em 2008 em que a prefeitura enfrentou dificuldades de integração entre o governo federal e destinação de recursos federais, também apareceram como pontos negativos que influenciaram na queda da participação, corroborando com as ideias do autor Subirats (2001) de que as “promessas não cumpridas” criam problemas para a TIC em relação à democracia ao aumentarem a distância entre representantes e representados devido aos resultados da baixa capacidade de resolução de problemas dos mecanismos democráticos da tomada de decisão. Cabe retomar que na primeira edição do OPD (em 2006) cada eleitor podia votar em nove obras (uma por regional) e na edição de 2008 a participação era limitada à escolha de uma única obra (de cinco levadas à votação) para toda a cidade, e exatamente esta obra que tinha sido escolhida não pode ser realizada, diminuindo a credibilidade do processo.

Em relação à agenda de participação (PURI; SAHAY, 2007) os cidadãos também reclamaram por não poderem mais escolher as obras a serem levadas à votação, como é feito no OP Presencial, visto que no OP-Digital esta escolha é feita pela Prefeitura. Segundo os entrevistados, esta falta de abertura foi interpretada até mesmo como falta de transparência por parte do governo. Por fim, a falta de dinheiro para realização de projetos maiores, aqui é preciso remarcar que as obras do OPD não são o total do Orçamento Participativo, e sim apenas cerca de 20%, e o OP também é apenas uma parte do Orçamento da cidade 2% (conforme quadro 29), e o curto prazo de duração do processo desde a abertura até o término do processo de “votação” foram outros motivos que desanimaram a população a participar.

Dessa forma, retornando aos conceitos de Abreu (2011) esta pesquisa confirma que os projetos de e-democracia podem trazer contribuições para a emancipação das pessoas, porém achar que a democracia eletrônica pode suprimir o estado pode ser um engano. Existem várias visões e ideias sobre a democracia eletrônica, mas não existem respostas suficientes para este campo de pesquisa.

Quadro 29: Orçamento Programa 2011 de Belo Horizonte

Destino dos valores	Valor disponível em bilhões de reais em 2011	%
Orçamento total de Belo Horizonte	7,5	100%
Orçamento para obras de manutenção da cidade	1,7	23%
Orçamento Participativo Regional, Orçamento Participativo da Habitação e OP- Digital.	0,17	2%
Orçamento para o OP-Digital	0,0495	1%

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento de Belo Horizonte, 2011.

5 CONCLUSÃO

O tema deste trabalho é compreender como as TIC podem ajudar a promover a participação pública mais ampla na tomada de decisão pública. A revisão de literatura, apesar de ter apontado visões antagônicas sobre o uso de Internet na prática democrática, mostra que o potencial de interação da Internet pode ser uma força para ampliação da prática democrática.

O objetivo geral foi verificar como o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação pode ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público. Os resultados obtidos, com o auxílio teórico das Representações Sociais, mostram que o OP-Digital pode sim ajudar a promover uma participação pública mais ampla na tomada de decisão do orçamento público incluindo, engajando e emancipando os cidadãos. Incluindo ao permitir, por meio da internet, que a participação seja aumentada, trazendo para o processo pessoas que antes não participavam do Orçamento Participativo ou da tomada de decisão, até ampliando a visão das pessoas em relação às necessidades de Belo Horizonte. Engajando, ao promover a colaboração, aumentar a comunicação e a interação formando grupos de interesse. Emancipando, ao promover maior aprendizado, conscientização e educação para participar, aumentando também o envolvimento e trabalho da população nas próximas edições.

Pode-se perceber que o OPD já não é um conceito novo para este público entrevistado. Alguns deles já têm um perfil de participação ativa no Orçamento Participativo presencial.

Mesmo assim, a participação na primeira edição do OPD foi maior do que a dos anos seguintes, e este fator foi preocupante para o governo. Corroboram-se os conceitos apresentados na revisão de literatura de que a rede não é capaz de alterar o comprometimento das pessoas com a política por si só, visto que a evolução tecnológica é mais rápida do que a evolução do comportamento social e que precisa ser integrada ao relacionamento do governo com a população. Tanto os cidadãos como os membros do governo, representaram o OP-Digital como uma votação, uma disputa, porém no exercício passaram a o compreender como uma ferramenta para o exercício de cidadania e de democracia, e também como uma forma de integração do governo com a sociedade, mesmo entendendo e criticando que é um processo

direcionado pela prefeitura que permite ao governo mostrar que ele está trabalhando. O OPD foi objetificado como uma ferramenta dinâmica, que facilita a participação, incluindo socialmente dentro de uma nova fase tecnológica que permite que mais pessoas sejam alcançadas e participem mais, reforçando os estudos sobre a e-democracia como uma forma para a ampliação da prática democrática por meio das TIC, envolvendo a comunicação entre o Estado e o cidadão, trazendo a participação ativa do cidadão na elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas, assim como de suas práticas e resultados. No entanto, isto não é forte o suficiente para “contaminar” todo o processo, visto que a participação no OP-Digital diminuiu ao longo dos anos. Diminuição que pode ser justificada pela falta de interesse em participar dos processos decisórios do município, assim como a exigência de vários documentos para participar devido às fraudes que aconteceram nas primeiras versões do OPD e a definição da agenda de participação feita pela prefeitura.

Cabe ao governo, portanto, no intuito de aumentar esta participação não apenas aperfeiçoar e introduzir dispositivos de TIC cada vez mais modernos. Ele precisa analisar as possibilidades de interação entre ele e a sociedade mantendo a transparência. Este trabalho sugere que a estratégia política pode ser a de não explorar o potencial de interação e construção coletiva da internet mesmo que o potencial de interação da Internet possa ser uma força para ampliação da prática democrática. O cidadão precisa entender quão importante é o seu papel na tomada de decisões e o potencial que a e-participação tem de se transformar em uma ponte entre ele e seus representantes.

Este trabalho também mostra que a pesquisa no uso e implicações sociais de tecnologia pode ser enriquecida pelo emprego de um corpo de teoria multidisciplinar já estabelecido em outras áreas. Uma vez que as representações sociais formam-se a partir das interações sociais de grupos particulares este trabalho poderá ser ampliado com novas entrevistas com diferentes grupos e comparações futuras.

Outras pesquisas também poderão ser realizadas no âmbito de verificar o quanto o Orçamento Participativo Digital pode ampliar a participação no orçamento público em se tratar de poder escolher apenas nove obras, o quanto isto significa realmente estar participando das decisões em relação ao orçamento público cidade?

Até que ponto o governo não está apenas se abrindo a uma pequena participação e com isso tentando fazer com que seus eleitores acreditem que estão tendo uma participação significativa no seu mandato?

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. A. **Democracia, hegemonia e Internet: Um Estudo de Caso sobre Orçamento Participativo Digital**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ABREU, J. C. A. Do Analógico ao Digital: Democracia, Internet e Orçamento Participativo. In: XXXV EnANPAD. **Anais do XXXV EnANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD. 2011.
- AINSWORTH, S.; HARDY, C.; HARLEY B. Online Consultation: e-democracy and e-resistance in the case of the development gateway. **Management Communication Quartely**. Vol 10, n.1, p.120-145. 2005.
- AKUTSU, L; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Set./Out.2002.
- ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.
- AUDEBRAND, L.; IACOBUS, A. Avoiding Potential Traps in Fair Trade Marketing: A Social Representation Perspective. **Journal of Strategic Marketing**. V. 16, n.1, p.3-19. Feb, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERENTE, N.; GAL, U. A Social Representations perspective on Information systems implementation: Rethinking the concepts of “frames”. **Information Technogy & People**. Emerald Article, 2008, Vol. 21 Iss: 2 p. 133 – 154.
- BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, Community and Accelerated Puralism. **Polity**, XXXI, v. 1, p.133-160. 1998.
- BOON, A.; JANSEN, M.; VEENESTRA, A.F. Measure to Improve: A Study of eParticipation in Fronrunner Dutch Municipalities. In: IFIP, 2011, Berlin. **Joint Proceedings of Ongoing Research and Projects of IFIP EGOV and ePart 2011**, Berlin: 2011, p.157 – 168.
- BROOKE, Carole. What does it mean to be ‘critical’ in IS research? **Journal of Information Tehnology**. V.17, p.49-57, 2002.
- CAPELLA, A.C.N. A Política Brasileira de Governo Eletrônico: Um Estudo Sobre o “Portal Brasil”. In: EnAPG, 2010, Vitória. **Anais do EnAPG**, Vitória: ANPAD, 2010.

CARVALHO, M.A.; ZURRA, R.J.O. O E-Legislativo como Ferramenta de Transparência na Administração Pública Brasileira. In: EnAPG, 2008, Salvador. **Anais EnAPG**, 2008, Salvador: ANPAD, 2008.

CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. **e-gov.br**: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CUNHA, M. A. V. C.; COELHO, T.; POZZEBON, M. The use of ICT in public decision-making participation. In: 21st European Conference on Information Systems, 2013. **Proceeding ECIS 2013**, Utrecht, 2013.

CUNHA, M. A. V. C.; LANZA, B. B.B. History of the project of a mobile government – a Brazilian case. In: IFIP, 2011, Berlin. **Joint Proceedings of Ongoing Research and Projects of IFIP EGOV and ePart 2011**, Berlin: 2011, p. 287-294.

CUNHA, M. A. V. C.; MIRANDA, P. R. M. A pesquisa no uso e implicações sociais das tecnologias de informação e comunicação pelos governos no Brasil: uma proposta de agenda a partir da prática e da produção acadêmica nacional. In: ENANPAD - 32 Encontro da ANPAD, 2008, Rio de Janeiro. **Anais do 32 ENANPAD**. Rio de Janeiro : ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2008. v. 1. p. 1-16.

CUNHA, M. A. V. C.; MIRANDA, P. R. M. O Uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. Manuscrito cedido pelos autores, artigo aceito para publicação pela revista **Organizações & Sociedade (O&S)**, 2013.

CUNHA, M. A. V. C.; POZZEBON, M. O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para melhoria da participação na tomada de decisão pública. In: ENANPAD – 33 Encontro da ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais do 33 ENANPAD**. São Paulo: ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2009. v. 1. p. 1-15.

DALLABONA, L.F.; FANK, O.L.; MOURA, G.D.; SANTOS, P.S.A.; VARELA, P.S.V. Análise das Práticas de Governança Eletrônica de Municípios do Estado de Santa Catarina. In: III EnADI, 2011, Porto Alegre. **Anais III EnADI**, Porto Alegre: ANPAD, 2011.

DERTOUZOS, Michael. **What Will Be: How the Nem Information Marketplace will Change Our Lives**. San Francisco: Harper, 1997.

DOOLIN, B. Information Technology as disciplinary technology: being critical in interpretative research on information systems. **Journal of Information Technology**. V.13, p.301,11, 1998.

EFFING, R.; HILLEGERSBERG, J. V.; HUIBERS, T. Social Media and Political Participation: Are Facebook and YouTube Democratizing Our Political Systems? In:

IFIP, 2011, Berlin. **Joint Proceedings of Ongoing Research and Projects of IFIP EGOV and ePart 2011**, Berlin: 2011, p.25 – 35.

FAIRCLOUGH, N. **A Reply to Henry Winddowson's Discourse Analyses: A Critical View**. *Language and Literature*, V. 5, p. 1-8. 1996.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analyses: The Critical Study of Language**. London: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

FANG, Z. E-Government in digital era: concept, practice, and development. School of Public Administration, National Institute of Development Administration. **International Journal of The Computer, The Internet and Management**, v 10, n.2, p.1-22, 2002.

FERRAZ, I.N.; FREIRE, R.S.; SILVA, T.C.; SALES, J. D. A.; SOUZA JÚNIOR, M.F.; Campanhas e - leitorais: participação, novas mídias e política. In: III EnADI, 2011, Porto Alegre. **Anais III EnADI**, Porto Alegre: ANPAD, 2011.

FIRMINO, R. J.; REZENDE, D. A. **Integração Urbano-Tecnológica: Usos e Implicações das Tecnologias da Informação e Comunicação em Planos Municipais**. In: XXXV EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. **Anais XXXV EnANPAD**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

FREITAS, H. et. al. O método de pesquisa *survey*. **Revista de Administração**, São Paulo, v.35, n.3, p. 105-112, jul./set. 2000.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSMAN, Lawrence K. **The electronic republic: reshaping democracy in the information age**. USA: Penguin Books.1995. 290 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=310620>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

KLING, R. (ed) **Hopes and Horrors: Technological Utopianism and anti-Utopianism in Narratives of Computerization in Computerization and Controversy: Value Conflicts and Social Choices**. San Diego: Academic Press, 1996.

KRAEMER, K. L.; KING, J. L. Information technology and administrative reform: will e-government be different? **International Journal of Electronic Government Research**, v.2, 2005.

LEE, D.; LOUTAS, N.; SÁNCHEZ-NIELSEN, E.; MOGULKOC, E.; LACIGOVA, O. Inform-Consult-Empower: A Three-Tired Approach to eParticipation. **Joint Proceedings of Ongoing Research and Projects of IFIP EGOV and ePart 2011**, Berlin: 2011, p.121-132.

MACINTOSH, A. **Challenges and barriers of eParticipation in Europe?** Mendeley, 2007. Disponível em

<http://www.sweden.gov.se/content/1/c6/08/49/42/9d411e53.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2012.

MACINTOSH, A. Characterizing e-participation in policy-making. In: 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 2004, Scotland. **Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences**, Scotland: 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, D.A.; RAMOS, A.S. Conceitos de Governo Eletrônico e Governança Eletrônica: Confrontação e Complementaridade. In: EnAPG, 2008, Salvador. **Anais do EnAPG**, Salvador: ANPAD, 2008.

MEDAGLIA, R. eParticipation Research: A Longitudinal Overview. **Joint Proceedings of Ongoing Research and Projects of IFIP EGOV and ePart 2011**, Berlin: 2011, p.99-108.

MEDEIROS, P. **Governo eletrônico no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MELLO, G. R. **Estudo das práticas de governança eletrônica**: instrumentos de controladoria para a tomada de decisões nas gestões dos estados brasileiros. 2009. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image e son public**. 2 ed. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations, **European Journal of Social Psychology**, Vol. 18, p. 211-50, 1988.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: Duveen, G. (Ed.), **Social Representations: Explorations in Social Psychology**, New York: New York University, 2001.

NATH, V. Digital governance models: moving towards good governance in developing countries. **Innovation Journal**, apr. 2003. Disponível em: <http://www.innovation.cc/volumes-issues/nath-digital.pdf>>. Acesso em: 20/05/2012.

NEGROPONTE, Nicholas. **Being Digital**. New York: Knopf, 1995

NORRIS, P. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. In Porras, J.I.; Araya, R.(ed) **e-Democracia : Retos e Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia em la Sociedad de la Information**. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2003. 357 p.

PINHO, J. A. G. Sociedade da Informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. **Revista de administração de empresas (RAE)**, v. 51, n.1, p.98-106, 2011.

POSSAMAI, A. J. Democratização do Estado Digital: governança eletrônica e e-participação no ciclo de políticas públicas. In: IV Seminário Nacional de Ciência Política, 2011, Porto Alegre. **Anais do IV Seminário Nacional de Ciência Política**, Porto Alegre: UFRGS, 2011.

POZZEBON, M. **The implementation of Configurable Technologies**: negotiations between global principles and local contexts. 352 p. Tese de doutoramento Universidade McGill, Montreal, 2003.

PREFEITURA BH 2007/2008. **Orçamento Participativo Regional, Orçamento Participativo Digital**. Revista Plano Regional de Empreendimentos. Prefeitura BH. 2007/2008.

PREFEITURA BH. **Orçamento Participativo de Belo Horizonte 15 anos**. Revista comemorativa do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, 2008.

PURI, S. K.; SAHAY S. Role of ICTs in Participatory Development: An Indian Experience. **Information Technology for Development**, v.13, n. 2, p. 133-160, 2007.

RENN, O.; WEBLER, T.; WIEDEMANN, P. **Fairness and Competence in Citizen Participation**: Evaluating Models for Environmental Discourse. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1995.

REZENDE, D.; FREY, K; BETINI, R. C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSE, J., GRÖNLUND, A., ANDERSEN, K., V. What is eParticipation?. In: A. Avdic, K. Hedström, J. Rose, Å. Grönlund (ed). **Understanding eParticipation**: Contemporary PhD eParticipation Studies in Europe. Sweden: Örebro University Library, 2007.

RUELAS, A. L.; ARÁMBURO, P. P. El gobierno electrónico: su estudio y perspectivas de desarrollo. **UNI revista**, v. 1, n. 3, jul. 2006.

SAEBØ, Øystein. Understanding Twitter™ Use among Parliament Representatives: A Genre Analysis. **Joint Proceedings of Ongoing Research and Projects of IFIP EGOV and ePart 2011**, Berlin: 2011, p.1-12.

SANTOS, E. M.; REINHARD, N. Uso de Serviços de Governo Eletrônico no Brasil: um Estudo Exploratório. In: XXXV EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. **Anais XXXV EnANPAD**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento. **Orçamento Programa 2011**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2011. Disponível em <http://www.portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.PDF>. Acesso em 10/06/2013.

SILVA, J. M.; CORREA, P. S. A. Governança eletrônica e o empreendedorismo: uma análise dos sites das prefeituras do Estado do Paraná. In: XXX ENANPAD, 2006, Salvador. **Anais XXX EnANPAD**, Salvador: ANPAD, 2006.

SUBIRATS, J. **Los Dilemas de una relacion inevitable. Innovacion democrática y tecnologias de La informacion y de La comunicacion**. Universidad Autónoma de Barcelona, 2002. Disponível em <http://www.democraciaweb.org/subirats.PDF>. Acesso em 20/05/2012.

THOMPSON, M.P.A. ICT, Power, and Developmental Discourse: A critical analyses. **The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**. V.20, p.1-26, 2004.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tre-mg.jus.br/eleicoes/eleicoes-2012>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

VOELKLEIN, C.; HOWARTH, C. **A review of controversies about social representations theory: a British debate**, 2005. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/2439/1/Review_of_controversies_\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/2439/1/Review_of_controversies_(LSERO).pdf). Acesso em 03/06/2012.

WINNER, L. Myth information: romantic politics in the information age. In: Mitcham, C.; Huning, Alois (ed.). **Philosophy and technology II: Information technology and computers in theory and practice**. Holanda: D. Reidel Publishing Company, 1986.

WORLD BANK. **A definition of e-Government**. World Bank's E-government Website, 2012. Disponível em <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTINFORMATIONANDCOMMUNICATIONANDTECHNOLOGIES/EXTEGOVERNMENT>>. Acesso em 20/05/2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Local:	
Hora Início:	Hora Fim:

Esta entrevista faz parte de um trabalho realizado pela PUCPR, e apoiado pelo CNPq, que estuda o uso e as implicações sociais das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de participação pública.

Meu nome é Letícia e sou mestranda na PUC do Paraná. Este projeto tem a coordenação da Professora Maria Alexandra Cunha.

Apresentação do TCLE – O Termo de Compromisso Livre e Esclarecido é uma preocupação pela segurança e privacidade das informações e assegura que tudo o que for registrado será usado unicamente no contexto deste trabalho. Existe a possibilidade que algumas perguntas possam causar algum constrangimento, mas não foram identificados quaisquer riscos aos sujeitos que participarão desta pesquisa. Sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar os entrevistados, será mantido em sigilo.

Profissão:	Idade:
Sexo(M/F):	Escolaridade:
Bairro onde mora:	Regional de BH:

Profissão:	Idade:
Sexo(M/F):	Escolaridade:
Bairro onde mora:	Regional de BH:

Profissão:	Idade:
Sexo(M/F):	Escolaridade:
Bairro onde mora:	Regional de BH:

Profissão:	Idade:
Sexo(M/F):	Escolaridade:
Bairro onde mora:	Regional de BH:

Profissão:	Idade:
------------	--------

Sexo(M/F):	Escolaridade:
Bairro onde mora:	Regional de BH:

Profissão:	Idade:
Sexo(M/F):	Escolaridade:
Bairro onde mora:	Regional de BH:

Para o governo/cidadãos/membros da comunidade

1. Antes de começarmos a falar do Orçamento Participativo Digital, gostaria que me falasse um pouco do Orçamento Participativo.
2. Poderia descrever o "Orçamento Participativo Digital"?
3. Poderia descrever o OPD de 2006?
 - a. Qual foi a sua participação?
 - b. Quais foram os benefícios da primeira edição?
 - c. O que poderia ter sido melhor?
 - d. Algum fato interessante sobre participação dos cidadãos?
4. Poderia descrever o OPD de 2008?
 - a. Qual foi a sua participação?
 - b. Benefícios desta edição de 2008?
 - c. O que poderia ter sido melhor?
 - d. Algum fato interessante sobre participação dos cidadãos?
5. Poderia descrever o OPD de 2011?
 - a. Qual foi a sua participação?
 - b. Benefícios desta edição de 2011?
 - c. O que poderia ter sido melhor?
 - d. Algum fato interessante sobre participação dos cidadãos?
6. O que se espera para o futuro? O que se está prevendo/planejando?
 - a. Quais são os próximos desafios
 - b. Os problemas a vencer
 - c. O que se quer obter

Para os cidadãos/membros da comunidade

1. De que forma participou das diversas edições do OPD? Quando (em que ano: 2006, 2008 ou 2011)? De que forma?
2. O que levou você a participar? Por quais motivos se engajou e participou do OPD?
3. Você lembra onde ouviu falar a primeira vez sobre o OPD? Consegue se lembrar das suas impressões?
4. Você lembra ter lido alguma informação em um jornal (pode ser em um jornal de bairro, imprensa geral, ...) sobre OPD? O que lembra que dizia o jornal?
5. Você conversou com pessoas da prefeitura sobre OPD? Lembra-se de algum tipo de divulgação da prefeitura nas três edições?
6. Qual a frase mais marcante que você já ouviu sobre OPD?
7. Que benefícios o você acha que o OPD trouxe ...
 - a. Para o governo
 - b. Para o cidadão
 - c. Para as comunidades
8. Se você tivesse que apresentar o OPD para uma pessoa que vai participar pela primeira vez, como você explicaria?
9. O que pode melhorar no OPD?
10. Você poderia nos indicar alguém da sua comunidade que tenha tido um papel relevante no OPD?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
 _____ anos, de nacionalidade _____, portador do RG
 _____, morador _____ -
 _____(bairro), _____ (estado
 civil), estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **As
 Tecnologias de Informação e Comunicação para Incremento da Participação na
 Tomada de Decisão Pública**, cujo objetivo é investigar a adoção das tecnologias
 em processos de participação pública, especificamente no OPD de Belo Horizonte,
 Minas Gerais.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder de forma espontânea às perguntas do entrevistador. Estou ciente de que a entrevista será gravada, posteriormente transcrita sem minha identificação e que após a sua utilização, a gravação será destruída. O roteiro de entrevista contém 22 questões, divididas em dois blocos. No primeiro bloco, responderei perguntas que me caracterizarão quanto à idade, o sexo, a profissão, a escolaridade e o local de residência para futuramente identificar possíveis padrões nas representações sociais. Na seqüência, expressarei meu entendimento de “qual é o significado de OP e OPD” e avaliarei os resultados obtidos. O tempo estimado para a entrevista será de até uma hora.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, não posso esperar qualquer benefício. Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos do estudo, como exposição a constrangimento, mas que não foram identificados quaisquer riscos aos sujeitos que participarão desta pesquisa.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Maria Alexandra Cunha e Leticia Stroparo, e com eles poderei manter contato pelo telefone (41) 3271-1634, em horário comercial, ou pelo celular de Maria Alexandra (41) 9677-

6585.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: será realizado depósito em conta-corrente de minha preferência, no valor a ser ressarcido. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o CEP PUCPR (41) 3271-2292 ou mandar um *email* para nep@pucpr.br.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2012.

Nome :

Nome do pesquisador: